

M-93-24



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

10

O PERÍODO DE LEGALIDADE DO PARTIDO
COMUNISTA BRASILEIRO 1945 - 1947



NATAL-RN / 1993

AUTOR: JOÃO MARIA BEZERRA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



O PERÍODO DE LEGALIDADE DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO DE 1945
a 1947

Monografia apresentada como exigência para obtenção do Grau de Bacharel em História ao Departamento do Curso de História, sob a orientação da Profª. MARLENE DA SILVA MARIZ.

NATAL - 1993



DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a **ROSÂNGELA FEITOSA**, pela dedicação, paciência e ajuda, que foi imprescindível para a conclusão do mesmo.

"VALEU A FORÇA"



A G R A D E C I M E N T O S

- A **MARLENE MARIZ**, pelo estímulo, orientação e paciência.
- A **JOÃO ANDRADE**, pelas críticas, comentários e sugestões valiosas.
- A **ROSÂNGELA FEITOSA**, por todo tipo de auxílio e colaboração durante o tempo em que trabalhei nesta Monografia.
- Aos meus **ALUNOS** e **EX-ALUNOS**, por me estimularem a aprender sempre.
- A todos os **AMIGOS**, que de uma forma ou outra me ajudaram na conclusão deste trabalho.
- A **FÁTIMA**, pelo apoio na conclusão do trabalho.



" A história de toda a
sociedade até hoje
tem sido a **história**
das lutas de classes "

Karl Marx



1922: NASCE

O PARTIDÃO

60 anos do PCB.
Eles eram poucos
e nem puderam cantar muito
alto a Internacional
naquela casa de Niterói
em 1922. Mas cantaram
e fundaram o partido.

Eles eram apenas nove.
O jornalista Astrogildo, o
contador Cordeiro,
o gráfico Pimenta, o sapateiro
José Elias, o vassoueiro
Luis Peses, os alfaiates
Cendon e Barbosa
o ferroviário Hermogênio
e ainda o barbeiro Nequete
que citava Lênin a três por
dois.

Em todo o país
eles não eram mais de setenta.
Sabiam pouco de marxismo
mas tinham sede de justiça
e estavam dispostos a lutar
por ela.

Faz sessenta anos que isto
aconteceu.
O PCB não se tornou o maior
partido do Ocidente
nem mesmo do Brasil.
Mas quem contar a história de
nosso povo e seus heróis
tem que falar dele.

Ou estará mentindo.

Ferreira Gullar/1982

Como mostra o poeta, o PCB desde a sua fundação em 25 de março de 1922, guarda sua origem operária. O amadurecimento do movimento operário a partir das mobilizações grevistas das duas primeiras décadas do século, potenciadas pelo exemplo da Revolução Socialista de 1917, na Rússia, levaram a organização dos vários grupos comunistas espalhados pelo país em um único partido.

S U M Á R I O

Apresentação	01
Introdução	02
I - O SURGIMENTO DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL	07
1.1 - As Condições de Trabalho da Classe Operária	08
1.2 - A Imprensa e o Movimento Operário	10
II - A FUNDAÇÃO DO PCB	13
2.1. - Os Congressos do PCB	14
2.1.1 - O I Congresso	15
2.1.2 - O II Congresso	15
2.1.3 - O III Congresso	16
III - O PCB E A REDEMOCRATIZAÇÃO DE 45	18
3.1 - O PCB e a Assembléia Constituinte de 46	22
3.2 - A Bancada Comunista na Assembléia Constituinte de 46	25
IV - O PCB E AS ELEIÇÕES DE 45 NO RIO GRANDE DO NORTE	29
4.1 - O Retorno à Clandestinidade	31
Conclusão	34
Bibliografia	36
Anexos I	37
Anexos II	80

A P R E S E N T A Ç Ã O

Embora o tema deste trabalho seja um assunto já amplamente difundido na historiografia brasileira, não o é, quando esse mesmo assunto se refere a um caso mais específico, como é o caso do Rio Grande do Norte. E a maior dificuldade encontrada para realizar a pesquisa local está no fato de não existir documentos suficientes para que possamos ter informações satisfatórias.

O período pesquisado, (1945 a 1947) onde procuramos mostrar a trajetória do PCB (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO) na legalidade, encontrou-se nos arquivos de jornais do Estado, periódicos que simplesmente aparecem amputados os meses que mais interessam a pesquisa. Isso dificulta o trabalho do pesquisador, quando sua única alternativa são os jornais. É verdade que esses documentos hoje, já estão microfilmados, porém muitas vezes os aparelhos apresentam defeito impedindo o trabalho de pesquisa.

No geral, esse trabalho procura despertar interesse e estímulo para que outros trabalhos sobre a legalidade do PCB (45 - 47) sejam realizados, contribuindo assim para a História Política do Rio Grande do Norte, com fontes documentais que ainda não foram exploradas.

I N T R O D U Ç Ã O

CONSTITUIÇÃO - (u-i) s.f. 1. Ato ou efeito de constituir. 2. Modo por que se constitui uma coisa, um ser vivo, um grupo de pessoas; organização. 3. Lei fundamental dum Estado, que contém normas sobre a formação dos poderes públicos, direitos e deveres dos cidadãos, etc.; carta constitucional. (1)

Constituição - é a norma fundamental de um Estado. (2)

Constituição - é a lei fundamental que define a organização política de um Estado... (3)

Constituição - é a declaração da vontade política de um povo... (4)

De todas as definições, a Constituição é a lei máxima e fundamental do estado. ocupa o ponto mais alto da hierarquia das normas jurídicas. Por isso, recebe nomes enaltecendores que indicam essa posição de ápice na pirâmide das normas: **Lei Suprema, Lei Maior, Carta Magna, Lei das Leis ou Lei Fundamental.**

Consideram-se como os primeiros documentos constitucionais importantes para a Era Moderna a Carta Magna Inglesa, do século XIII, que o Rei João Sem Terra foi obrigado a adotar para conciliar-se com os senhores feudais, e também a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 1789 pela Revolução Francesa. (5)

É muito comentar a Constituição dos Estados Unidos, que há mais de 200 (duzentos) anos vigora, contendo apenas um pequeno número de artigos e complementos.

A Constituição de 1946 é a quinta da história brasileira. Ela teve em comum com as anteriores alguns aspectos negativos.

O primeiro aspecto a considerar é o fato de que todas as Constituições brasileiras, tanto as que foram elaboradas por constituintes, como as que foram outorgadas por governos autoritários, surgiram como recurso extremo para acomodar os conflitos sociais que a força já não podia controlar.

Cada Constituição foi a expressão de um período conturbado da vida nacional, marcado pelas instabilidades

(1) Novo Dicionário AURÉLIO, p. 370

(2) Curso de OSPB - Arnaldo FAZOLE FILHO - Harbra, p. 37

(3) Novo Brasil, AGORA! - Gleuso DAMASCENO DUARTE - Belo Horizonte, Ed. Lē, 1989

(4) OSPB - Gilberto VIEIRA COTRIN - Ed. Saraiva - 1989, p. 12

(5) A Concepção Materialista da Revolução Francesa - Manfred, A.2. - Ed. Global - 1932, p. 20

políticas, econômicas e sociais, pelas arbitrariedades governistas, pela ruptura da ordem jurídica e pelo choque dos interesses inconciliáveis entre segmentos da sociedade.

Emergindo sempre da necessidade de superar ou contornar esses tipos de problemas, os textos constitucionais têm apresentado uma característica conservadora, preservando antigos privilégios de minorias e sem abrir grandes perspectivas para o futuro da maioria.

Assim mesmo, cada nova Carta tem sido anunciada como a consolidação da democracia e o instrumento mais eficaz das grandes mudanças que seriam introduzidas no país daí em diante.

Só o primeiro governo republicano, presidido por Deodoro da Fonseca, teve a ingenuidade política de confessar que o novo regime respeitaria os compromissos e os direitos adquiridos. (6) Essa promessa foi cumprida à risca, fazendo com que a república já nascesse tão conservadora e ditatorial quanto o fora o regime monárquico, embora o autor intelectual da Constituição de 1891, Rui Barbosa, fosse um admirador dos Estados Unidos da América e tentasse imitar a Constituição daquele país até no nome do nosso - **Estados Unidos do Brasil**.

Para extinguir qualquer esperança de que o país caminhasse para a democracia e abolisse o mandonismo aristocrático, o próprio Deodoro deu um novo golpe e tornou-se ditador em 1891.

A Constituição de 1934 não eliminou o caráter ditatório do governo Vargas, que se manteve na presidência indiferente à Lei Maior. Foi ele quem disse mais tarde: "**A lei, ora a lei**".

A Constituição de 1937, não evoluiu em nada, a exemplo da organização sindical e do respectivo imposto, o que demonstra a manutenção de algumas formas corporativista introduzida no período chamado de Estado Novo, mediante um golpe de estado. (7)

A Constituição de 1946, vem como a mais democrática, mesmo apresentando fraquezas, mas com a participação das classes sociais e dos partidos políticos como o PCB (Partido Comunista Brasileiro), houve condições jurídicas efetivas para reduzir as profundas desigualdades sociais e regionais que dividiam o povo, colocando uma grande maioria empobrecida em oposição a uma reduzida minoria detentora do poder econômico e do poder político.

O liberalismo burguês, concebido na França nos séculos XVIII e XIX, foi capaz de criar uma literatura jurídica

(6) SEGATTO, J.A. - Voz da Unidade - 1985

(7) MARTINEZ, Paulo, 1933 - Constituição - SP. - Moderna.

animada dos mais belos propósitos, mas tão abstratos e distanciados das condições reais da existência, que não têm força para romper as barreiras do sistema econômico e social antidemocrático, formado ao longo da história brasileira e agravado no último meio século de domínio mundial por parte de algumas grandes potências.

As eleições presidenciais, ao longo dos anos da república, revelaram um aspecto importante da história brasileira: A exclusão do povo do processo político. As classes dominantes sempre procuraram excluir a grande massa da população do direito do voto. Sob a alegação de "incapacidade", "imaturidade", "ignorância", "falta de consciência cívica", etc., para votar, criaram-se inúmeras normas jurídicas e institucionais para impedir ou restringir a participação popular nas eleições.

Na Primeira República, apesar de ter se implantado o voto universal, manteve-se excluídos os analfabetos e as mulheres, reduzindo-se assim o eleitorado a menos de 3 % (três por cento) da população. Nos anos de 1930 -45, não obstante as reformas eleitorais terem proporcionado o aumento do eleitorado (direito de voto à mulher e redução da idade dos eleitores de 21 para 18 anos) e reduzidos as possibilidades de fraude e manipulação (criação da Justiça Eleitoral e o voto secreto), não foram realizadas eleições diretas para presidência da República. nem mesmo no período democrático de 1945, quando o eleitorado aumenta para 16 % (dezesesseis por cento), eliminou-se determinadas restrições - os analfabetos, representando quase 30 % (trinta por cento) da população, continuaram excluídos do direito do voto.

A DEMOCRATIZAÇÃO

A partir de 1942, depois de vários anos de ditadura, as forças políticas democráticas começaram a se rearticular e conquistar espaços políticos. No 1º semestre de 1945, o movimento democrático chega ao auge: É rompida a censura à imprensa, é conquistada a anistia e a liberdade de organização partidária. Em maio, é decretado um novo Código Eleitoral regulamentando a formação dos partidos políticos e o sistema eleitoral. O mesmo decreto-lei fixava para dezembro de 1945 as eleições presidenciais e parlamentares para a Assembléia Constituinte.

Na medida em que a oposição ia conquistando espaços democráticos e os partidos se constituindo, os candidatos à presidência da República foram lançados. O Partido Social

Democrático (PSD) - formado com base nas interventorias e na máquina política do Estado Novo, em composição com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) - organizado a partir das lideranças sindicais ligadas ao Ministério do trabalho, lança o general Eurico Gaspar Dutra como seu candidato à presidência. Dutra apresentou-se como continuador do trabalhismo getulista e defensor da legalidade democrática.

A União Democrática nacional (UDN) - partido representante dos banqueiros e demais setores privados e também das camadas médias liberais, lançou como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes, que se apresentou como porta-voz das correntes liberais. Sua plataforma propunha a liberalização das instituições políticas, a não intervenção do Estado na economia e a livre participação do capital estrangeiro. Além disso, não prometia grandes mudanças na estrutura corporativista do Estado Novo, que atrelava os sindicatos ao governo.

O PCB emerge à vida legal e pública no primeiro semestre de 1945, depois de muitos anos de vida clandestina. Já a partir de 1942, intervem com grande força na realidade sócio-política, participando das campanhas pela entrada do Brasil na guerra, pela anistia e democratização do país. Em 1945, com forte influência em setores das massas trabalhadoras, camadas médias progressistas e na vida política nacional, realiza grandes comícios e manifestações e organiza uma imprensa diária nos principais Estados. O engenheiro Iedo Fiúza, lançado a menos de um mês das eleições, obtém quase 10 % (dez por cento) dos votos válidos.

As eleições de 2 de dezembro de 1945 foram as mais democráticas e amplas que já haviam ocorrido até então no Brasil. Pela primeira vez na história brasileira, houve uma participação significativa dos trabalhadores no processo eleitoral. Num clima de grande euforia democrática, mais de 6 milhões de cidadãos foram às urnas eleger seus candidatos. Doze partidos disputaram as eleições para a presidência da República e para deputados e senadores que comporiam a Assembléia Constituinte: Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrática Nacional (UDN), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Republicano Democrático (PRD), Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR), Partido Popular Sindicalista (PPS), Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Agrário Nacional (PAN), Partido Democrata-Cristão (PDC) e Partido de Representação Popular (PRP).

As eleições de 2 de dezembro de 1945 transcorreram normalmente, com grande comparecimento às urnas: de 7.459.849

eleitores inscritos, votaram 6.200.005. Resultado das eleições: general Dutra, 3.251.507 votos (55%); brigadeiro Eduardo Gomes, 2.039.342 votos (35%); Iedo Fiúza, 569.818 (9,8%); Mário Rolin Telles, 10.001 votos (0,17%). Os 320 parlamentares eleitos (177 do PSD, 87 da UDN, 24 do PTB, 15 do PCB e 17 dos demais partidos) comporiam a Assembléia Constituinte, instalada a 2 de fevereiro de 1946. Depois de quase 6 meses de trabalhos e acalorados debates, a 18 de setembro era promulgada a nova Constituição, que restabelecia a independência dos Três Poderes, a autonomia dos Estados e municípios e eleições diretas em todos os níveis. (fonte 9)

I PARTE

1. - O SURGIMENTO DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

O operariado brasileiro surgiu a partir da implantação de pequenas empresas "industriais" que datam do período colonial.

Essa indústria embrionária era constituída por ferrovias, engenhos, minas de ouro e diamantes, fábricas de sabão, tecelagens e fábricas de artigos de couro.

A princípio esse mercado não possuía caráter capitalista, eram de fato, oficinas de artesãos, onde os principais trabalhos eram executados por escravos. Essas oficinas assumiam um papel auxiliar na economia, pois a principal atividade econômica estava voltada para a agricultura. Esse caráter não-capitalista dessas oficinas reside no fato de que o capitalismo implantando no Brasil assumiu características peculiares, de modo que o sistema de produção variava entre um misto de capitalismo, de escravismo e de feudalismo, cujas formas sofriam variações de região para região.

É importante notar que o processo de industrialização do mercado nacional está intimamente ligado a acumulação de capital oriundo da lavoura do café, cuja indústria se desenvolveu lentamente. " Em 1812 foram fundadas no Rio de Janeiro 4 tecelagens, oficinas de artigos de couro, uma fábrica de macarrão. Em 1920 foram inauguradas uma fábrica de papel e uma tipografia. Nesse mesmo ano na província do Maranhão foram registradas 22 empresas da industria alimentícia, 7 usinas de açúcar...". (1) Nessas "indústrias" trabalhavam tanto escravos como homens livres, sendo que a maioria se constituía de escravos. Os escravos realizavam um trabalho auxiliar, enquanto os artesãos livres, realizavam serviços mais qualificados.

Com o fim do comércio de escravos, a "indústria" nacional teve um considerável impulso, visto que parte do capital empregado na compra de escravos, seria então absorvido pela indústria em desenvolvimento.

É portanto, a construção ferroviária que data de 1854, o principal impulso para o desenvolvimento do capitalismo interno. Por conseguinte nas áreas urbanas começou a predominar as relações de produção capitalista, isto significa o

(1) Boris KOVAL, História do Proletariado Brasileiro, p. 61

surgimento gradual do proletariado. " Até meados dos anos 50 do século XIX o número total de operários urbanos atingiu 30/50 mil pessoas. (...) na construção ferroviária eram empregados muitas vezes escravos, enquanto que nas estradas de ferro em funcionamento trabalhavam exclusivamente operários e empregados livres " (2).

Outro fator que assumiu papel importante no desenvolvimento do trabalho assalariado, foi a imigração. Entre os anos de 1861 a 1870, chegaram ao Brasil em média 9.500 imigrantes ao ano, predominavam italianos, espanhóis e portugueses. A partir de então registraram-se sensivelmente o número de operários assalariados, outros se estabeleceram como pequenos comerciantes e artesãos. Ao terminar o Império registrou-se uma média de 600 mil operários industriais, entretanto não constituíram ainda uma classe homogênea.

A indústria brasileira surgiu implantando um complexo maquinário apenas na indústria têxtil. O Estado de São Paulo absorveu rapidamente o desenvolvimento capitalista, transformando-se no maior parque industrial da América Latina. Essa indústria débil, passaria da fase manufatureira à fabril, esse desenvolvimento conduziria por sua vez, as sérias transformações sociais, o resultado dessas transformações foi a projeção sobretudo do proletariado em classe independente. Mas somente a partir dos anos 20, deste século, que o desenvolvimento capitalista no Brasil provocou mudanças substanciais na estrutura de classe da sociedade brasileira, definindo-se fundamentalmente a burguesia e o proletariado. Esse último constituía a maior parte da população ativa e explorada, opondo-se a uma minoria exploradora.

A maior dificuldade enfrentada pelo proletariado durante muito tempo, foi o fato de ter surgido no seio da sociedade escravista, a qual constituía um entrave no processo de formação do proletariado como classe.

1.1 - AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA "CLASSE OPERÁRIA"

"... o proletariado se constituía, em verdade, das camadas mais atrasadas e miseráveis da população, sem preparo técnico, analfabetos em sua maioria, sujeitavam-se aos mais baixos salários e as condições de trabalho as mais terríveis". (3) As condições de trabalho e sanitárias das tecelagens, por exemplo, eram muito precárias, razão pela qual os acidentes

(2) Ibid., p. 64

(3) Leôncio BASBAUM, História Sincera da República (1889 a 1930) p. 204

de trabalho eram constantes, ademais os operários trabalhavam sob regime fechado onde eram severamente vigiados por seguranças.

A falta de uma legislação eficiente que protegesse a classe operária, fortalecia ainda mais o grau de exploração na relação patrão X operário.

A jornada de trabalho variava entre 10 e 12 horas diárias. O trabalho infantil e feminino era empregado em abundância, sobretudo, nas tecelagens. Todos os setores da indústria explorava os operários além dos limites normais, porém, o setor que registrou níveis superiores de exploração foi o setor da indústria alimentícia, seguida da indústria química. Essa desumana exploração de que era vítima o proletariado brasileiro, servia de base econômica da luta da classe operária contra o capital. Sob o surto industrial essa luta se inseriu numa nova fase - a fase do choque direto das classes. Dentro desse novo contexto, é que se desenvolvia no Brasil o processo de formação de uma classe - o proletariado.

Toda essa massa explorada era constituída das mais diversas origens, grande parte era ex-escravos, outra parte, eram nordestinos que tinham fugido da seca, outra parte provinha do empobrecimento da pequena burguesia urbana e, finalmente outro contingente eram os imigrantes, que contribuíram sobretudo com a força política ao proletariado brasileiro. Dessa forma a classe proletária brasileira até a terceira década desse século era composta de uma massa heterogênea tanto na sua origem quanto no nível ideológico. Entretanto, gradativamente foi adquirindo consciência de classe à medida que sua luta, sua participação, suas aspirações giravam em torno de objetivos comuns.

No tocante aos operários assalariados "entre eles havia 23,9 mil adolescentes com menos de 14 anos de idade, (7,6%) com ainda 92,8 mil mulheres (33,7%) incluindo 8.200 meninas de até 14 anos". (4) É importante ressaltar que com a independência, o trabalho assalariado começou a ser empregado cada vez mais amplamente, porém durante longos anos, os operários livres trabalharam lado a lado com escravos, sendo que estes os ultrapassavam em número. Os salários dos operários, por esse motivo eram extremamente baixos, de modo que a situação econômica dos operários, no total pouco se diferenciava das condições de vida dos escravos.

Entre 1907 a 1920 houve um rápido aumento no contingente do proletariado industrial, esse aumento verificou-se sobretudo nas principais regiões econômicas do país - São Paulo,

(4) Boris KOVAL, Op. Cit. p. 126

Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. São Paulo representou 63% do aumento global da mão-de-obra. Esse aumento territorial da classe operária gerou as condições propícias para a organização do proletariado.

1.2 - A IMPRENSA E O MOVIMENTO OPERÁRIO

Em 1908 foi fundada no Rio de Janeiro, a Confederação Operária Brasileira (COB), a ela se agregaram diferentes sindicatos que objetivavam uma luta própria da classe. Foi no Centro-Sul onde o capitalismo encontrou as condições favoráveis para o seu desenvolvimento, trazendo consigo o crescimento e maior estruturação da classe operária e das contradições de classe. Portanto, essa região se constituiu em pólo convergente das movimentações operárias.

Concomitantemente, às organizações operárias, surgiu uma imprensa própria que caracterizava uma época. Jornais como o Livre-Pensador, a Lanterna, o Clamor Público, a Voz do Povo, o Operário, todos traziam ainda um conteúdo vago com relação ao termo classe.

" Em 1900 havia sido fundado em São Paulo, o jornal Social-democrata " Avanti ", que apareceria durante mais de 15 anos, com algumas interrupções - Foi o principal veículo de organização e de propaganda das idéias socialistas, (...) o jornal "Avanti" era dirigido por Alcebiádes Bertolotti, Antônio Picardo e Vicente Vacirca". (5) A imprensa operária da época foi sem dúvida um dos instrumentos decisivos de organização e de mobilização. Não foi por acaso que nos primeiros anos da República, em todos os centros metropolitanos do país se tinha um jornal operário, uns com pequena duração, outros com duração razoável.

A redação desses periódicos era marcada pela influência dos imigrantes italianos e espanhóis que já possuíam experiência no ramo.

vale salientar que nos grandes centros como o Rio de Janeiro e São Paulo, ainda existia grande parte do operariado que continuava alheio aos movimentos de classe e, nem participava dos sindicatos, isso leva a crer que esse contingente estava fortemente influenciado por preconceitos pequeno-burguês. Enquanto outra parte ingressava nos sindicatos que seguiam uma linha ideológica calcada no anarquismo e no anarco-sindicalismo. Essas idéias eram inspiradas em Bakunin, Kropotkin, Prou-

(5) Antônio MENDES Jr. e Outros, Brasil História Texto e Consulta, p. 314

dhon e Faure.

No Brasil em 1921, fundou-se um grupo Clarté, o qual pretendia seguir o grupo francês. Fazia parte desse grupo Maurício de Lacerda, Agripino Nazareth, Pontes de Miranda e Eduardo Dias, porém, " o grupo não conseguiu despertar o interesse da massa operária brasileira e alguns meses depois se havia dissolvido, (...) na realidade o grupo Clarté brasileiro não encontrou no país, tradições socialistas" (6).

Faltava ao proletariado uma ideologia política homogênea, mas isso não impediu que a classe lutasse por melhores condições de trabalho. " A heterogeneidade do proletariado por si só, não determinou nem impossibilitou o desenvolvimento operário no Brasil, na sua luta contra a dominação de classe" (7). É verdade que o controle social e ideológico exercido pelo patronato dificultou por longo tempo, as condições para a formação de uma consciência operária classista.

É importante saber que o movimento operário desse período caracterizou-se por dois tipos de manifestações: as greves que serviam de instrumento básico para mobilização das massas contra o patronato e, os congressos operários seriam decisivos na organização política independente.

O período de ascensão dos movimentos grevistas, principalmente nos grandes centros foi no período de 1917-20. Em São Paulo por exemplo, a greve de 1917 tomou grandes proporções. Diante de movimentos dessa natureza, o Estado e a classe dominante, marcavam presença reagindo através de forte repressão policial e jurídica.

Com o advento da I Guerra Mundial, agravou-se a situação do proletariado, penalizado com o aumento do custo de vida e do desemprego, o movimento operário sofreu um retraimento; diminuíram as greves, as atividades dos anarquistas e socialistas foram inibidas. As federações anarco-socialistas e sindicatos operários diminuíram seus contingentes, até chegaram a desaparecer, como é o caso da Federação Operária de São Paulo.

Entretanto o crescimento industrial e a intensa penetração do capitalismo no campo, somando-se a outros fatores como o trabalho de agitação e propaganda, a atividade concreta de organização da classe através dos sindicatos, uniões e ligas, influenciaram diretamente para a ascensão do movimento operário, mas o que realmente determinou como um todo, foi a própria situação internacional criada pela Revolução de outubro de 1917 na Rússia.

(6) Leôncio BASBAUM, op. Cit. p. 209

(7) Antônio MENDES Jr. e Outros, op. Cit. p. 208

Apesar da falta de maturidade política e organizacional, a classe operária obteve vitórias consideráveis, como a redução da jornada de trabalho para 8 horas e a regulamentação do trabalho de menores, mas está claro que os fracassos foram inúmeros. Essa intensa fragilidade e as reduzidas proporções que acometera o movimento operário, não justifica excluí-lo da historiografia brasileira .

II PARTE

2. - A FUNDAÇÃO DO PCB

A Revolução Socialista de outubro de 1917, influenciou decisivamente na unificação do pensamento revolucionário da classe operária brasileira que, a priori estava fortemente dosada de idéias anarquistas e anarco-sindicalistas, o que levou a má interpretação do verdadeiro sentido da revolução bolchevique, cuja revolução é aceita pelos anarquistas brasileiros como uma revolução do tipo libertária; essa interpretação resultou do desconhecimento da teoria marxista-leninista.

" Os trabalhadores brasileiros que festejavam a Revolução de outubro, não sabiam ao certo se os revolucionários vencedores eram anarquistas ou marxistas. O próprio Lênin era desconhecido entre os trabalhadores brasileiros e somente depois, quando publicações anarco-sindicalistas divulgaram artigos e documentos sobre a Revolução é que puderam receber informações que esclareceram o fundo ideológico dos acontecimentos". (8)

O proletariado brasileiro ingressara numa nova fase política - tenta se impor ideologicamente através de uma organização concreta, homogênea e independente para defender seus interesses.

O primeiro Partido Comunista do Brasil foi fundado por anarco-sindicalistas entre março e junho de 1919 no Rio de Janeiro e São Paulo, cujo partido teve pouca importância, ficando despercebido do grande público, desaparecendo enquanto partido no mesmo ano, além do mais não possuía consistência programática, muito menos nitidez ideológica.

Foi criado no Rio de Janeiro em 1921, um Centro Comunista, cujo objetivo era organizar os grupos comunistas em vários Estados, o que iria servir de base para a criação do Partido Comunista em 1922. Em março de 1922, realizou-se no Rio de Janeiro, o I Congresso Constituinte do Partido Comunista. "O Congresso foi realizado na clandestinidade e as primeiras notícias sobre a formação do Partido foram publicadas bem mais tarde - em junho de 1922, nas páginas do nº 7 da revista "Movimento Comunista". (9) Estavam presente delegados do Rio, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Entre os delegados estavam: Ma-

(8) Hans FUCHTNER, Os Sindicatos Brasileiros de Trabalhadores - Organização e Função Política, p. 34

(9) Boris KOVAL, op. Cit. p. 165

noel de Ceudon (alfaiate espanhol marxista), o barbeiro sírio Abílio de Nequete, o jornalista Astrogildo Pereira, Cristiano Cordeiro, Luis Perez, João da Costa Pimenta - todos oriundos da militância anarco-sindicalista. Para secretário do Partido foi eleito Abílio de Nequete, em cujo cargo passou pouco tempo, logo ocupado por Astrogildo Pereira, a quem cabe um destacado papel na fundação do Partido - ocupou o cargo de secretário geral até 1929.

Cerca de quatro meses após sua criação, o Partido entrou na ilegalidade, forçada por uma medida de exceção que foi prorrogada várias vezes, mesmo na ilegalidade, o Partido deu passos importantes nesses primeiros anos de sua existência; realizou três Congressos nacionais, elaborou seus estatutos, filiou-se à Internacional Comunista e, " manteve os primeiros contatos com Luis Carlos Prestes no exterior, desenvolveu uma sistemática ação sindical e política que não se limitava a agitar as reivindicações dos trabalhadores, mas exigia sua legislação".
(10)

Em 1925, começou a circular o jornal " A Classe Operária", cuja circulação ocorria semanalmente, viveu na clandestinidade e teve suas oficinas destruídas pela polícia várias vezes. Outro jornal a "Nação" foi editado em 1927; aproveitando o curto período de abertura do governo de Washington Luis, para circular. A existência desse jornal se constituiu na mais importante iniciativa política dos comunistas no período e, a criação do Bloco Operário Camponês (BOC) apresenta a primeira tentativa de uma política de alianças. Através do BOC elegeram-se em 1928 dois vereadores no Rio de Janeiro, Otávio Brandão e Minervino de Oliveira.

2.1 - OS CONGRESSOS DO PCB

Ao completar 60 anos de existência o PCB havia realizado seis Congressos (1922, 1925, 1928, 1929, 1960 e 1967). É importante ressaltar a importância do Congresso, como sendo um órgão supremo de direção do Partido Comunista e, que através do qual vai se estabelecer uma política a ser seguida, baseado em documentos básicos como o Programa do Partido, fixando os objetivos gerais e uma orientação política global e os Estatutos. É através do Congresso que se elege um Comitê Central, cuja finalidade é dirigir o Partido entre um e outro Congresso, como também de verificar a situação econômica do órgão.

(10) Leôncio BASBAUM, Op. Cit., p. 212

2.1.1 - O I CONGRESSO DO PCB

Foi realizado nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922 no Rio de Janeiro e Niterói. Esse Congresso abordou os seguintes pontos:

1. Examinou as 21 condições de admissão do Partido na Internacional Comunista;
2. A votação dos Estatutos do PCB;
3. Eleição da Comissão Central Executiva - Abílio de Nequete foi eleito Secretário geral; titulares como Astrogildo Pereira, Luis Perez, Antônio Canellas. Na suplência ficaram Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho, Antônio de Carvalho, Joaquim Barbosa e Manoel de Ceudon;
4. Discutiu a campanha de fundos para ajudar aos flagelados do Volga, além de outros pontos.

Foram aprovadas as 21 condições de ingresso no COMINTERN, a decisão de enviar seu representante ao próximo Congresso da Comintern, estabelecer contatos com os Partidos Comunistas dos países vizinhos.

" No artigo 2 dos Estatutos do PCB encontra-se esclarecidas as tarefas dos Comunistas: O Partido Comunista (...), tem por fim promover o entendimento, a ação internacional dos trabalhadores e a organização política do proletariado em partido de classe, para a conquista do poder e conseqüentemente transformação política e econômica da sociedade capitalista em sociedade comunista".(11)

2.1.2 - O II CONGRESSO DO PCB

Realizado no Rio de Janeiro de 16 a 18/05/1925, sendo Astrogildo Pereira Secretário geral. Desse Congresso participaram seis membros da Comissão Central Executiva, cinco delegados do Rio de Janeiro e Niteroi, dois de Pernambuco, dois de Santos, um de Cubatão e um de São Paulo.

O Congresso foi realizado na ilegalidade, pois em cuja condição vinha desde 05 de julho de 1922, o que dificultou acentuadamente a atividade dos comunistas no que se refere a preparação ideológica e organizativa do Congresso. O então Presidente da República, Artur Bernardes, adquirira poderes extraordinários para reprimir o movimento comu-

(11) Boris KOVAL, Op. Cit., p. 167

nista, porém os comunistas já possuindo grande experiência de trabalho clandestino, conseguiram realizar o Congresso do Partido.

Das questões abordadas constavam relatórios sobre as atividades partidárias, situação política nacional e internacional, reforma dos Estatutos, a questão da propaganda, dos sindicatos, cooperativas e a organização da juventude comunista e ainda, a reeleição dos membros da Comissão Executiva Central.

O II Congresso usou como linha estratégica a concepção do "agrarismo e industrialismo" defendida pelo dirigente do Partido Otávio Brandão. Essa concepção possuía teor progressista, visto que não repudiava totalmente a tática do movimento leninista, analisava com sensatez o potencial revolucionário da pequena burguesia urbana. No entanto, logo ficou claro que essa "orientação estratégica traçada no II Congresso do PCB era contraditória - por um lado, fazia uma preciação mais sensata do papel da pequena burguesia na luta revolucionária; por outro, exagerava o papel progressista da burguesia industrial e do capital norte-americano em sua luta contra a oligarquia rural, em terceiro, quase não levava em consideração a força revolucionária do campesinato, enquanto o próprio proletariado perdia a qualidade de força motriz independente e mais progressista da revolução". (12)

Apesar dos erros cometidos o Congresso teve seu grau de importância para o desenvolvimento do Partido que, naquele momento começava a atuar, a acumular forças e a elaborar seus documentos programáticos. Depois da realização do II Congresso, o Partido intensifica seus trabalhos de agitação e propaganda entre as massas. E, nessa trajetória foi fundada a Federação da Juventude Comunista, passando logo após a editar-se o jornal "Jovem Proletário".

2.1.3 - O III CONGRESSO DO PCB

Realizou-se em Niterói durante os dias 29, 30 e 31/12/1928 e 1, 2, 3 e 4/01/1929. Ainda, à frente da secretaria geral, Astrogildo Pereira. Participaram operários, funcionários públicos e intelectuais.

" Apesar de alguns equívocos e erros, os comunistas souberam utilizar o Bloco Operário Campônês nas eleições municipais do Rio de Janeiro, (...) nas elei-

(12) Ibid., p. 194

ções de 28 de outubro de 1928, dois candidatos comunistas, Otávio Brandão e Minervino de Oliveira foram eleitos Vereadores". (13)

A realização dos trabalhos dos comunistas brasileiros no período transcorrido entre o II e o III Congresso, foi extremamente dificultada, até porque os comunistas se viam obrigados a atuarem na clandestinidade.

As questões discutidas no III Congresso foram: a situação nacional e a tática do Partido, a luta contra o imperialismo e os perigos de guerra, o trabalho do Partido nos sindicatos operários, a luta contra o fascismo, a questão agrária, a atividade do Bloco Operário Camponês, as ligações com os Partidos Comunistas de outros países.

" O Congresso ressaltou que a situação política e econômica-social do Brasil é determinada pelos seguintes fatores: 1) o domínio imperialista, 2) a economia agrária, 3) o problema da terra, 4) a revolução democrático-burguesa". (14)

Por isso a primeira etapa da revolução deveria "conduzir à solução do problema agrário por meio da confiscação da propriedade latifundiária, da liquidação dos restos semi-feudais e da libertação da dependência imperialista". (15)

Um ponto importante analisado no III Congresso foi o problema da atuação dos comunistas nos sindicatos. Estabeleceu-se a unificação do movimento sindical revolucionário sob a direção do PCB. Foi discutido também, pela primeira vez na história do Partido, o problema camponês.

"O III Congresso é a resposta mais articulada que os comunistas produziram naquele período sobre o caminho da revolução no Brasil e a tática a ser seguida". (16)

(13) Ibid., p. 218

(14) Ibid., p. 225

(15) Ibid., p. 225

(16) Moisés VINHAS, O Partidão: A Luta Por Um Partido de Massas, p. 9

III PARTE3. - O PCB E A REDEMOCRATIZAÇÃO DE 45

Durante o período de guerra o Brasil assim como outros países latinos, cresceu e fortaleceu a indústria nacional, simultaneamente, cresceu e amadureceu o proletariado. Por outro lado, velhos problemas permaneciam sem solução, como por exemplo, as oligarquias latifundiárias detinham o monopólio da terra, o Brasil permanecia dependente do imperialismo norte-americano. De modo que a classe operária ia de encontro com novos e complexos problemas, e para solucioná-los seria necessário organizar e fortalecer o movimento revolucionário comunista. Dessa forma, podemos dizer que as condições estiveram bastante propícias logo após o término da II Guerra Mundial.

No obstante a realidade do Brasil do pós-guerra é a de uma nação desarticulada socialmente, que assiste à deposição de Vargas, é também a realidade de uma sociedade que é convocada para reorganizar-se política e socialmente via Constituinte, sem que para tanto, lhe sejam asseguradas as condições mais elementares para intervir ativamente nesse processo. Os partidos políticos fundados de cima para baixo, cooperaram com os grupos do poder econômico e político, antagônicos aos operários e camponeses e, como organizações representativas das classes dominantes, ajudaram a conduzir a democratização com um mínimo de transformação.

Assim sendo, a sociedade brasileira sentia claramente a necessidade de acabar com o Estado Novo. "Os círculos burgueses e latifundiários que se agrupavam em torno de Getúlio, compreendiam que as circunstâncias lhes eram desfavoráveis e por isso, partilhavam no geral, do ponto de vista de que era necessário fazer mudanças de cúpula para conservar as bases". (17) E como não poderia deixar de ser, o capital monopolista estrangeiro marcou forte influência nesse processo de mudanças, defendendo seus interesses e posições para obter sua hegemonia econômica e política aqui no Brasil, estava disposto a sacrificar o governo de Getúlio buscando apoio junto ao novo governo.

A história do PCB foi marcada por longos períodos de clandestinidade, por essa razão os comunistas não puderam realizar um trabalho de divulgação e conscientização em

(17) Leôncio BASBAUM, História Sincera da República (1930 - 1960), p. 134

massa, desmistificando assim a ideologia burguesa.

A luta das classes populares pela liberdade democrática ampliava-se e fortalecia-se a cada dia, exercendo forte pressão sobre a política do governo. Em abril de 1945 Getúlio Vargas decretou anistia aos presos políticos, entre eles, Luis Carlos Prestes. A partir daí começou uma nova fase política para o PCB, a legalidade. Após sair da prisão, Prestes foi eleito Secretário geral do PCB, segundo Basbaum, a eleição se concretiza graças a sua esperteza, conseguiu dominar o Partido.(18)

Embora Prestes, ao ingressar no Partido tivesse pouco conhecimento sobre o mesmo, mas possuía uma acumulada experiência revolucionária "e uma auréola de martir: nove anos de prisão, a esposa deportada e assassinada pelos nazistas e a filha nascida em um campo de concentração, (...) com a sua eleição, aqueles elementos conquistaram sua simpatia e seu apoio e uma sombra sobre a qual se acolheriam por quinze anos, a salvo das críticas das bases do partido".(19)

Portanto, não se pode negar que a fase áurea do PCB se deve em parte, a presença 'carismática' de Prestes. Até o final de 1945 as fileiras do PCB aumentaram para 50 mil membros, em comparação ao contingente que existia em 1943 (uma quantidade estimada em 3 mil membros), com um jornal diário e uma sede no centro do Rio de Janeiro. Não esquecendo que, alguns antigos militantes que não confiavam em Prestes, já haviam aderido ao Partido, atraídos mais por razões histórico-políticas do que pela capacidade ou incapacidade dos novos dirigentes.

Influenciada ou não pelo Partido Comunista Brasileiro, o fato é que a classe trabalhadora brasileira em 1945 tinha adquirido avanços e conquistas significativas. E, o governo por sua vez, querendo desviar os operários da luta de classes, criou em 1945, o partido reformista burguês (PTB), do qual Getúlio Vargas era o Presidente; o próprio Getúlio admitira que o novo partido inibiria o avanço da esquerda sobre as organizações operárias.

O fim da ditadura foi anunciado em fevereiro de 1945, assim como as eleições para Presidente, Congresso e Câmaras estaduais e municipais, marcadas para o dia 02 de dezembro de 1945. A lei eleitoral foi promulgada em maio de 1945, a qual estabelecia eleições diretas e secretas, no mesmo período foi assinado um decreto onde os partidos políticos exerciam livre atividade na sociedade, com um mínimo de 10 mil membros.

A classe trabalhadora e o seu partido sem dúvida, desempenharam papel importante na conquista dos princi-

(18) Ibid., p. 137

(19) Ibid., p. 137

país direitos e liberdades democráticas. "O acontecimento mais impressionante, que refletiu as conquistas dos trabalhadores na luta pela democracia, foi o comício de 100 mil pessoas, realizado no estádio no Rio de Janeiro em 18 de maio de 1945. pela primeira vez o dirigente dos comunistas falou legalmente ao povo". (20)

Para as eleições de 1945 dois grupos políticos se sobressaíram na disputa pelo pleito. O PSD que representava a burguesia nacional e parte dos latifundiários, lançou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra apoiados pelo PTB e pela Igreja Católica. A UDN que reunia círculos da alta burguesia conservadora e latifundiários e por outro lado, camadas progressistas da intelectualidade e camadas médias urbanas, lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Embora esses grupos se apresentassem para a sociedade como sendo opostos do ponto de vista político, na verdade seus programas de governo apresentavam em sua essência, pontos idênticos.

Enquanto a UDN e outros grupos desejavam a renúncia de Getúlio como garantia para haver eleição, Prestes entendia que isso não passava de mais uma manobra para que o PCB caísse na ilegalidade, a saída de Getúlio naquele momento anterior às eleições significaria a anulação de todas as conquistas obtidas pelo Partido - do seu ponto de vista, todas as conquistas foram concessões de Getúlio. No entanto, não podemos analisar os fatos de forma unilateral; como se o Getúlio fosse o único responsável pelas mudanças políticas do período. Agora, é verdadeiro afirmar que o povo teve papel decisivo para que as mudanças acontecessem. "... Prestes jamais chegou a compreender a essência do marxismo e não acreditava na força e no poder das massas conscientes (...) não percebera que as novas condições políticas em que se encontrava o país, não haviam sido meras concessões de Getúlio, mas reais conquistas do povo possuído de uma nova consciência democrática". (21)

"O Plano do CC do PCB, realizado em agosto de 1945, (...) aprovou a resolução de boicotar as eleições, exigindo a convocação imediata da Assembléia Constituinte". (22) Esse apelo teve grande repercussão dentro das organizações democráticas e em apoio, realizaram-se em outubro de 1945, manifestações estudantis e operárias em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras capitais do país. Entendiam os comunistas que a não convocação da Assembléia Constituinte antes das eleições, estas só teriam caráter meramente substitutivo de pessoas no poder, o que não traria mudanças satisfatórias para a

(20) Boris KOVAL, Op. Cit., p. 368

(21) Leôncio BASBAUM, Op. Cit., p. 139

(22) Boris KOVAL, Op. Cit., p. 372

população.

"O PCB, embora soubesse das pretensões e objetivos das manobras de Getúlio e esperasse delas tirar proveitos, não colaborara nas mesmas. havia a possibilidade de que o PCB, desencadeasse um movimento popular, em ligação com os queremistas, se tal fosse necessário, para sustentar Getúlio". (23) A UDN percebendo que o adiamento das eleições poderia favorecer Getúlio, propôs a entrega do governo ao Supremo Tribunal. Finalmente em 29 de outubro de 1945, o General Góis Monteiro mandou cercar o Palácio, forçando Getúlio a renunciar.

Foi divulgado em 17 de novembro de 1945, um Manifesto do Partido Comunista, cujo objetivo era propor o adiamento das eleições alegando contra-senso político e jurídico; eleições simultâneas para Presidência e Assembléia Constituinte. Entretanto, a tentativa não teve respaldo junto aos grupos políticos que estavam disputando as eleições, diante da situação, só restava ao PCB lançar um candidato próprio. Prestes com sua política de "união nacional" achava conveniente lançar um candidato pouco conhecido politicamente, de preferência que não fosse comunista.

Em novembro o PCB lançou para Presidente o engenheiro Iedo Fiúza, não era comunista, tinha sido Prefeito de Petrópolis e estava sem partido político. O lançamento da candidatura de Iedo Fiúza expressa o desejo dos comunistas de querer ampliar o número de eleitores votantes no candidato; no entanto eles estavam convencidos de que não podiam contar com a vitória do candidato do Partido. Aliás, a candidatura de Iedo Fiúza foi a grande surpresa, não só para o próprio Partido, como também para os demais grupos políticos, pois todos esperavam que o próprio Prestes se lançasse candidato.

Por outro lado, era preciso concentrar esforços nas eleições para membros do Congresso Nacional, entre eles Luis Carlos Prestes para Senador.

Os comunistas em sua plataforma de governo defendiam os seguintes pontos: a reforma agrária, uma Constituição democrática, a criação de um governo nacional progressista, contra o imperialismo estrangeiro, uma política de paz e cooperação, elevação do nível de vida dos trabalhadores, etc.

Em apenas duas semanas, os comunistas fizeram ampla divulgação da sua plataforma através de comícios e reuniões. Foi um trabalho de significativa importância, pois trouxe esclarecimentos reais sobre o comunismo, assunto até

(23) Leôncio BASBAUM, Op. Cit., p. 146

então, relegado pelo acentuado preconceito existente na sociedade brasileira. Esse trabalho de divulgação sobre o PCB e sua plataforma de governo contribuiu para o aumento do seu prestígio, perante a classe trabalhadora, a prova disso foi a expressiva votação de Iedo Fiúza, cerca de 10 % dos eleitores da época votou no PCB, foram eleitos um Senador e quatorze Deputados Federais.

"O Partido contava com o apoio da massa operária urbana não quemista e da pequena burguesia esquerdizante e sobretudo com o prestígio pessoal de Prestes. Percorreu todo o país, em menos de quinze dias com a palavra de ordem aos trabalhadores, de "apertar o cinto" e o slogan de "ordem e tranquilidade", visava sobretudo conquistar também parte da burguesia".(24)

Para financiar essa campanha, em um mês o Partido conseguiu levantar uma quantia extraordinária de 10 milhões de cruzeiros; inclusive, muitos membros do Partido venderam jóias e imóveis para contribuir financeiramente. Para a campanha de finanças e para a propaganda eleitoral, os comunistas utilizaram-se dos comitês democráticos populares nos bairros, cujo objetivo era atrair as massas sem partido em qualquer ponto que os comunistas tivessem acesso.

Nesse curto período o PCB viveu e presenciou tanto entusiasmo e vibração nos comícios que se acreditou em chegar ao poder.

Realizadas as eleições, o resultado foi satisfatório, a expressiva votação de Iedo Fiúza, obtendo o 3º lugar com uma margem de 600 mil votos. "A surpresa maior, porém, fora a vitória do general Dutra sobre o brigadeiro, com uma diferença de cerca 1.200 mil votos".(25) Pois durante a campanha tudo levava a crer na vitória do brigadeiro Eduardo Gomes. A vitória do general Dutra reside exclusivamente em dois fatores: o de ordem econômica e o de ordem política. No primeiro, a máquina estadual construída durante a Era Vargas, fora colocada a serviço da candidatura do general Dutra; e por último a presença marcante do coronelismo no processo político.

3.1 - O PCB E A ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 46

O Golpe de 29 de outubro de 1945, foi uma resposta antecipada à tentativa, por Vargas, "de deslocar

(24) Leôncio BASBAUM, Op. Cit. p. 174

(25) Ibid., p. 176

a base sócio política do Estado Novo para um alinhamento formado pelas classes trabalhadoras e a burguesia industrial, plano do qual faziam parte a própria legalização do PCB e que resultaria numa política trabalhista de Centro-esquerda com apelos nacionalistas fortemente delineados".(26)

O PCB emerge para a legalidade, aliando-se a Vargas e defendendo a união nacional, a ordem e a tranquilidade. Essa aliança explica-se pela necessidade que tem o Partido de "instalar-se nos pontos chave da estrutura sindical e fortalecer sua posição frente às massas e frente ao conjunto do sistema político".(27) Assim, as reivindicações dos trabalhadores serão canalizadas pelo PCB e direcionadas aos canais abertos pelo Estado Novo. Dessa forma a atuação do PCB veio solidificar a estrutura sindical corporativista que posteriormente criticariam na Constituinte, sob o legalismo autoritário do governo Dutra e sob intensa repressão às suas atividades.

Os sinais de mudanças da ordem institucional se mostram a partir de medidas concretas tomadas por Vargas como o relaxamento da censura, a lei de fevereiro de 45 que previa eleições para 02 de dezembro do mesmo ano, o decreto-lei de 18 de abril (45) - concedia anistia aos presos políticos e por último, concretizava de fato, as eleições para 02/12 sob o decreto-lei de 28 de maio. "Assim desenvolvia-se paralelamente, de um lado, um processo democratizante pelo alto, através do qual Vargas procurava ampliar suas bases de sustentação não só valendo-se do apelo popular, mas pela abertura de espaços políticos para as classes subalternas e, de outro, por uma significativa manutenção política contra a ditadura que abarcava intelectuais, estudantes, sindicatos e grupos oligárquicos".(28)

A presença do Partido Comunista Brasileiro nesse processo democratizante remonta à sua participação no esforço de guerra, na luta contra o fascismo, no revigoramento da Liga de defesa Nacional, no apoio a uma política de união nacional, tal como foi definida pela II Conferência Nacional do Partido, conhecida como Conferência da Mantiqueira, realizada a 27 de agosto de 1943 e defendida por Luis Carlos Prestes no discurso pronunciado no Estádio de São Januário (23/05/45).

Concretamente, o PCB inseria-se no processo democratizante, solicitando seu registro provisório junto ao Tribunal Superior Eleitoral a 3 de setembro e, obtendo a sua legalização a 10 de novembro de 1945, em tempo de escolher e registrar seus candidatos e participar das eleições presiden-

(26) Evaristo GIOVANETTI NETO, O PCB na Assembléia

(27) Ibid., p. 25

(28) Ibid., p. 35

ciais e legislativas de 2 de dezembro.

O processo democratizante do pós-guerra deve ser analisado e considerado sob duplo aspecto: antes e depois de 29 de outubro. Da mesma forma a emergência legal do PCB, sua participação no referido processo, seu discurso e sua ação devem ser consideradas dentro dos mesmos parâmetros, observando-se, de um lado, as adaptações que a experiência legal impôs ao Partido; seja ao nível programático, seja na sua atuação.

O Partido julgando-se favorecido pela ampliação e fortalecimento das organizações operárias apostara nas alianças com outras forças democráticas, revigorando sua influência na vida política, propiciando o crescimento de suas fileiras e buscando transformar-se num Partido de massas. E é dentro desse quadro que os comunistas depois de anos de repressão, recolhem o que restara do Partido e se rearticulam sob a influência de novas concepções frentistas, forjadas na luta contra o fascismo, o próprio Prestes, ainda na prisão, fizera amplos apelos em prol da união nacional.

Vale salientar que a definição do PCB pela união nacional com Vargas não implica de modo algum, numa defesa da ditadura estadonovista, senão numa defesa de um projeto democratizante, cujo êxito poderia resultar, entre outras, o próprio fim do regime.

No discurso pronunciado por Prestes no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1945, quando se comemorava a anistia aos prisioneiros políticos, no qual expõe com objetividade as propostas e o posicionamento do partido; e também ressaltava a significação da anistia que atribui à luta do povo. "O discurso de São Januário define, em seguida a luta dos comunistas contra a injustiça predominante, contra a fome, a miséria, o analfabetismo e as doenças, a exploração do homem pelo homem, contra a censura e as limitações às liberdades civis e, por encampar todas essas lutas, o Partido extrapola os limites de sua classe, tornando-se o Partido de todo o povo". (29)

Ainda nesse discurso Prestes enfatiza que a saída de Getúlio do poder naquele momento seria uma deserção e uma traição que não contribuiria de forma alguma para a união nacional, pelo contrário, despertaria novas esperanças entre os fascistas e reacionários e aumentaria as dificuldades, tornando-se mais ameaçador ainda o perigo de golpes de estado e de guerra civil. (30)

(29) Edgard CARONE, O PCB (1943 a 1964), p. 30

(30) Ibid., p. 36

Com relação a aliança PCB - Vargas nesse período; uma questão bastante polêmica para muitos autores, quando se questiona que tipo de relação, essa aliança implicaria no grau de autonomia ou submissão para o Partido. Mas na verdade, foi uma jogada política oportunista bem sucedida para obter a legalização. "De fato, uma aliança política implica em prestação de serviços e os favores obtidos tem a sua contrapartida, mas a busca de maiores espaços dentro da estrutura existente visava também ao fortalecimento político do Partido e do seu próprio relacionamento com as bases":(31)

Houve certa eficácia nessa política, em seus dois anos de vida legal o Partido aparecia como a única força política capaz de disputar a influência populista sobre as massas populares. "É compreensível que tenha havido certo esvaziamento do sentido revolucionário do Partido, com desvios ora para um reformismo de inspiração tenentista, ora para uma postura social-democrata, assim como é compreensível essa perda de teor revolucionário em face do eleitoralismo e da sua própria organização vertical e centralizada..." (32)

3.2 - A BANCADA COMUNISTA NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 46.

"A convocação do poder constituinte, pelos defeitos de sua convocação ou de arregimentação de seus componentes, tais como a influência governista na expressão das urnas, a sujeição do eleitorado do interior aos chefes locais e a corrupção eleitoral, apresenta-se já despojada de qualquer conteúdo revolucionário e tem servido para promover um arranjo institucional conciliador e altamente excludente e para legitimar o que já estava previamente posto e disposto".(33) Dessa forma a Constituinte de 46 não poderia ser diferente, cuja bancada é majoritariamente conservadora e conviveu com um governo já instalado, fortemente apoiado pelo Exército onde o seu trabalho é tolhido, seja pela vigência da Carta de 1937, seja pelo cabedal de leis constitucionais e pela enxurrada de decretos-leis baixados pelo governo Dutra.

Para se ter uma idéia segundo Giovanetti; Dutra, desde o início do seu governo até a véspera da promulgação da nova Constituição, baixou 1.457 decretos-leis, sobre os mais variados assuntos.(34) De maneira que a soberania dessa Assembléia Constituinte foi frequentemente atingida, de um lado, pelo governo e de outro pela influência do capital estrangeiro.

(31) Evaristo GIOVANETTI NETO, Op. Cit., p. 57

(32) Ibid., p. 59

(33) Evaristo GIOVANETTI NETO, Op. Cit., p. 63

(34) Ibid., p. 63

Voltando um pouco e, considerando a formação dos partidos políticos no pós-guerra, é fácil imaginar a vulnerabilidade da Assembléia Constituinte às pressões dos trustes americanos, preocupados sobretudo com os debates sobre a ordem econômica e social. O fato é que, enquanto representantes da sociedade brasileira, distanciaram-se desta, reduzindo-se a meros instrumentos manipulados fora da Constituinte, seja pelas pressões do governo, seja a de grupos externos.

Os resultados das eleições de 2 de dezembro de 1945, foram os seguintes: O PSD elegeu 177 representantes; 151 deputados e 26 senadores, essa maioria lhe permitiu traçar o perfil e os limites da Constituinte, lhe dando o direito de eleger o Presidente da Assembléia Constituinte que foi Fernando de Melo Viana. As raízes do PSD entendia-se à áreas rurais, dominadas pelos coronéis e a empresários progressistas que defendiam a intervenção do Estado na economia.

Logo em baixo vem o PTB, este preencheu 24 cadeiras; 22 deputados e 2 senadores. O PTB organizado por Alexandre Marcondes Filho e Alberto Pasqualini, "pretendia a partir da máquina burocrática sindical, mobilizar as bases populares que assegurariam a execução do Projeto Democratizante de Vargas, papel que seria disputado também pelos comunistas".(35)

A segunda maior bancada da Constituinte era representada pela UDN; 77 deputados e 10 senadores, totalizando 87 representantes, Também participaram da Assembléia Constituinte partidos menores como o Partido Republicano (PR) em aliança com a UDN elegeu 7 deputados e 2 senadores, Partido Democrático Cristão (PDC) representado por 2 deputados, o Partido Libertador (PL) elegeu 1 deputado. O Partido Republicano Progressista (PRP), elegeu 02 deputados; Café Filho (RN), Campos Vergal (SP). "Esses partidos constituíram uma oposição a que podemos chamar de cordial ou conciliadora e, em diversos momentos, particularmente quando em pauta temas explosivos, juntaram-se ao PSD formando uma poderosa frente conservadora".(36)

Por último, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), elegendo uma bancada composta por um senador e 14 deputados. Essa bancada difere das demais não apenas em função da ideologia, mas principalmente pela origem social de seus integrantes.

Quando se iniciaram os trabalhos da Assembléia Constituinte, o clima já não era mais aquele de antes do golpe de 1945, e sim de muita insegurança e temor, e foi dentro desse clima que a bancada comunista desenvolveu seu trabalho parlamentar, sendo frequentemente atingido em suas imunidades. Afora

(35) Ibid., p. 66

(36) Ibid., p. 70

as pressões e incertezas que marcaram os trabalhos da Assembléia, a bancada comunista, embora consciente da sua condição minoritária, marcou presença nos debates, mostrando-se implacável na defesa do seu programa. "É evidente que a inexperiência dos representantes comunistas na vida parlamentar será sempre largamente explorada pelos seus opositores, sempre pródigos nas mais disparatadas denúncias e insinuações, na atribuição de todos os distúrbios e greves ao PCB, fazendo coro a uma crescente campanha contra o Partido".(37)

O jornal do Estado de São Paulo, comentando sobre a presença dos comunistas na Constituinte dizia: "Os comunistas, já no primeiro dia da verificação de poderes, se salientaram como elementos perturbadores da marcha dos trabalhos. (...) na realidade o que demonstravam é a incompatibilidade de seus próprios métodos e ideologia com a prática da democracia e o respeito que se deve ao Parlamento".(38) "As arbitrariedades contra um partido legal e contra os trabalhadores são denunciadas amiúde, ao mesmo tempo em que são proibidos os comícios do PCB e que se noticia com frequência a existência de um decreto-lei em vias de ser assinado pelo governo, cassando o registro do Partido Comunista".(39)

Diante dos fatos registrados, ficou claro que a bancada comunista atuou sob a indignação da grande maioria dos parlamentares e da grande imprensa, posicionando-se em meio a todos os tipos de provocações e ameaças dentro e fora da Assembléia Constituinte.

Depois da instalação solene da Assembléia a 5 de fevereiro de 1946 sob a presidência do senador Fernando de Melo Viana, o pedido do PCB para votação do Regimento Interno foi derrotado, mas uma comissão para elaborar o Regimento Interno foi aprovada contra o voto dos comunistas. "Posteriormente, a maioria aprovaria o Regimento Interno que incluiria o preceito de que durante as sessões os constituintes não poderiam tratar de outro assunto que não fosse matéria constitucional, autolimitando assim os poderes e permitindo que o general Dutra continuasse pré-modelando a Constituição pela outorga de decretos-leis".(40)

A Assembléia Constituinte de 1946, forjou a sua própria subalternidade, sucumbindo ao poder do aparato burocrático do Estado e tendo de conviver com toda sorte de ameaças. De modo que foram inúteis os esforços da bancada comunista e de outros parlamentares de outros Partidos no sentido de resguardar os poderes e as prerrogativas da Constituinte que se iso-

(37) Ibid., p. 92

(38) Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, 5/2/1946, p. 3

(39) Jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, 5/2/1946, p. 3

(40) Evaristo GIOVANETTI NETO, Op. Cit., p. 119

lou da sociedade, na medida em que se curvou ao governo.

Em crítica feita ao Projeto de Constituição, Prestes se dirigiu ao Presidente da Assembléia em discurso de 27 de agosto de 46, pedindo o reexame de algumas emendas, em cujo discurso ele observou: "Apresentamos numerosas emendas, Sr. Presidente, ao Projeto de Constituição. Essas emendas, na quase totalidade - para não dizer na totalidade - não foram, em absoluto, tomadas em apreço pela comissão. (...), posteriormente, solicitamos destaque das emendas, reduzindo-as ao mínimo indispensável. Infelizmente, a partir do Título III e, principalmente agora no Título IV, fomos surpreendidos com sucessivos indeferimentos." (41)

Vale ressaltar que mesmo sob o clima tenso o PCB desenvolveu seus trabalhos parlamentares, contribuindo na defesa da soberania da Assembléia, na defesa das liberdades democráticas, do direito de greve, da reforma agrária, da autonomia municipal, além da luta contra a censura e as arbitrariedades policiais e da denúncia contundente de todos os atos do governo que representava retrocesso no processo de democratização.

A bancada comunista era composta por um senador e 14 deputados:

Luís Carlos Prestes	-(Senador) RJ.
João Amazonas	-(deputado) RJ.
Maurício Grabois	-(") RJ.
Joaquim Batista Neto	-(") RJ.
José Maria Crispim	-(") SP.
Osvaldo Pacheco da Silva	-(") SP.
Jorge Amado	-(") SP.
Milton Cayres de Brito	-(") SP.
Gregório Bezerra	-(") PE.
Agostinho Dias de Oliveira	-(") PE.
Alcedo Coutinho	-(") PE.
Claudino José da Silva	-(") RJ.
Alcides Sabença	-(") RJ.
Carlos Marighela	-(") BA.
Abílio Fernandes	-(") RS.



(41) Ibid., p. 127

IV PARTE

4. - O PCB E AS ELEIÇÕES DE 45 NO RIO GRANDE DO NORTE

Em setembro de 1945, o Partido Comunista Brasileiro, através da sua Secretaria-geral, requereu o seu registro provisório ao Tribunal Superior Eleitoral. " Pela Resolução nº 213, de 29 de setembro de 1945, o TSE, fundamentado no Art. III da lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, regulamentadora do alistamento eleitoral e das eleições (...), converteu o julgamento em diligência a fim de que o Partido incorporasse o seu programa aos estatutos e esclarecesse os seguintes pontos:

- a) Qual o processo pretendido para a divisão e distribuição de terras: confisco ou expropriação?
- b) Como promover a sociabilização dos meios de produção, com ou sem respeito ao direito de propriedade?
- c) A expressão "comunista", que em toda parte compreende os princípios marxistas - leninistas, traduz a inclusão desses no programa do Partido?". (42)

Atendendo às exigências do TSE, o Partido teve que alterar seus estatutos, registrando-o com a inclusão do programa.

O pedido de registro provisório foi deferido pelo TSE em outubro de 45, só depois com uma lista de mais de 13.000 filiados, o PCB requereu e obteve o seu registro definitivo um mês depois.

No Rio Grande do Norte, o Comitê Estadual do partido requereu e obteve no Tribunal regional Eleitoral o seu registro definitivo também, em novembro de 45.

O Comitê Estadual estava representado por: Secretário Político - Francisco Moreira da Silva, Secretário Sindical - João Anastácio Bezerra, Secretário de Divulgação - Luiz Maranhão Filho, Secretário de Massa e Eleitoral - Miguel Moreira.

Os candidatos registrados foram os seguintes:

- Presidente da República: Iedo Fiúza

(42) Ivoncisio Meira de MEDEIROS, O Partido Comunista do Brasil e as Eleições no RN, p. 2

--Senadores: Luis Carlos Prestes, Miguel Moreira, José Costa, Gilberto de Oliveira, Francisco Moreira da Silva, João Anastácio Bezerra e Jonas Reginaldo da Rocha.

"As circunscrição do Rio Grande do Norte estava dividida em 26 Zonas Eleitorais com 470 Seções, reunindo um total de 131.560 eleitores aptos a votar nas eleições de 2 de dezembro de 1945". (43)

Apurados os votos dos candidatos à Presidência os resultados em Natal, foram os seguintes: "Iedo Fiúza - 5.279 votos; Eurico Gaspar Dutra - 5.070 votos; Eduardo Gomes - 3.355 votos; Mário Rolim Teles - 3 votos". (44)

Conforme ficou demonstrado Iedo Fiúza do Partido Comunista Brasileiro, foi o candidato mais votado em Natal com uma maioria considerada.

Para o Senado e Câmara federal, o PCB, no Rio Grande do Norte não atingiu o coeficiente eleitoral, não elegendo portanto nenhum dos candidatos, registrados pelo Comitê Estadual. Esse coeficiente foi atingido somente por três partidos: O PSD (42.640 votos), a UDN (40.397 votos) e o PRP (16.993 votos).

As eleições para Deputados Estaduais à Assembléia Constituinte foram realizadas em 19 de janeiro de 1947, através do Comitê Estadual do PCB no RN foram registrados um total de 31 candidatos do Partido. Realizadas as eleições, os resultados oficiais somente foram publicados pelo Tribunal Regional Eleitoral em 30 de setembro de 1947, para o Partido Comunista, o resultado não foi surpresa; não conseguiu eleger nenhum representante. Vale salientar que mesmo tendo sido eleito algum comunista à Constituinte Estadual, não teria dado início ao mandato, pois em plena apuração dos votos o PCB sofrera um duro golpe; o TSE em 7 de maio de 1947 resolveu cancelar por três votos a dois, o registro do Partido, alegando os seguintes pontos:

- "a) Que o Partido era uma organização internacional orientada pelo comunismo marxista - leninista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas;
- b) que, em caso de guerra com a Rússia, os comunistas ficariam contra o Brasil;
- c) que o Partido, logo após o seu registro passou a exercer ação nefasta, insuflando luta de classes, fomentando as greves e procurando criar ambiente de confusão e desordem;
- d) que o Partido era estrangeiro e estava a serviço da Rússia". (44)

(43) Ibid., p. 4

(44) Ibid., p. 4

Após a decisão do TSE, em julho de 47, o TRE através do delegado da Coligação UDN-PSP, sugeriu os votos obtidos pelo PCB no Rio Grande do Norte, cuja pretensão foi contestada pelo delegado do PSD, Claudionor Telégio, levada ao plenário para discussão o próprio TRE julgou o pedido improcedente, autorizando por fim, à Comissão Apuradora, a continuar a contagem dos votos dados à Legenda do PCB.

Não satisfeita, a aliança de partidos UDN-PSP, através de seu delegado, pediu consulta ao TSE abordando os seguintes pontos:

- "1) Se tendo sido cassado o registro do Partido Comunista, deverão ser computados os votos obtidos pela legenda do mesmo para a composição do quociente eleitoral e conseqüente expedição do diploma aos candidatos do referido partido;
- 2) se, na hipótese negativa, tais votos devem ser considerados como nulos ou inexistentes, ou ao invés disto deverão ser computados como sobras a serem incorporados ao Partido majoritário". (45)

A Comissão Apuradora do TRE, verificou a existência de um excesso de 2.066 votos da Coligação UDN-PSP, e mais os votos obtidos pelos partidos que não alcançaram o quociente eleitoral; esses partidos eram PCB, PTB e PRP, esses três partidos somaram 4.914 votos, os quais foram adicionados ao partido majoritário, que foi o PSD, cuja legenda foi acrescida de mais três Deputados.

Essa Comissão teve seu relatório aprovado com duas restrições feitas pelo juiz João Maria Furtado:

- "1) Não deviam ser computados no total dos votos os obtidos pela legenda do Partido Comunista Brasileiro, cujo registro fora cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral antes de proclamados os resultados finais das eleições neste Estado;
- 2) Não deviam, conseqüentemente, ser adicionados à legenda do Partido majoritário, como sobra, aqueles ditos votos, pois que sendo proporcional a representação dos partidos, nos termos do Art. 134 da Constituição Federal, as sobras de votos dos partidos que não atingiram o quociente eleitoral deveriam ser distribuídos proporcionalmente entre os partidos que obtiveram esse quociente e não ao Partido majoritário, como feito". (46)

4.1 - O RETORNO À CLANDESTINIDADE

No início de 1947 o PCB foi acusado na Câmara de receber dinheiro de Moscou. A contabilidade do Par-

(45) Ibid., p. 10

(46) Ibid., p. 15

tido foi submetida a investigações por uma Comissão designada para tal. Logo um funcionário da polícia infiltrou-se no Partido, mais tarde se verificou que os estatutos, pelo qual se orientava a vida interna do Partido, diferiam e, muitos artigos dos estatutos registrados no TSE, cuja elaboração fora unicamente para efeitos de registro legal. Baseado nesse pretexto, foi pedido o fechamento do Partido.

Porém, os comunistas apelaram para o Supremo Tribunal, que acolheu a versão de que, além do caso dos estatutos, o PCB era um Partido "estrangeiro", prova disso era o nome; **Partido Comunista do Brasil**. Ao invés de **Partido Comunista Brasileiro**. Posto em votação em 07/05/47, o Supremo Tribunal opinou por 3 votos contra 2, determinava o encerramento das atividades do PCB em todo o país.

"No mesmo dia já os membros do Comitê Nacional e funcionários do PCB abandonavam a sede, depois de carregar todos os documentos existentes, o mesmo acontecendo com as sedes dos Comitês metropolitanos e distritais e os Comitês regionais de outros Estados". (47)

Depois de dois anos de vida legal o PCB passava novamente à clandestinidade sem nenhuma resistência, quer da burguesia, quer dos operários. A esse respeito surgem inúmeras indagações e críticas sobre a direção do PCB.

Para Leôncio Basbaum, como compreender que um partido com 180 mil membros e 15 deputados federais, aceitasse sem resistência, sem luta, um ato visivelmente arbitrário, anticonstitucional? (48)

Fica claro que o fechamento pacífico do PCB, embora possuísse grande número de membros, ainda não havia penetrado na consciência das massas. Na verdade, essas massas haviam aderido ao Partido mas continuavam naquela expectativa - perguntando a si mesmas **se este era realmente o Partido que eles buscavam**.

Oswaldo Peralva reconhece - éramos todos testemunhas de que o ambiente indicava que o registro do PCB ia ser cassado, mas Prestes até o último minuto afirmava que não, e com tal convicção, com tal cegueira, que não providenciou sequer a retirada da Sede Central do Partido dos documentos mais importantes. Tais imprevidências fizeram com que a polícia se apoderasse do fichário dos membros do PCB e pudesse assim prejudicar e perseguir atrozmente milhares de pessoas simples que tinham ido buscar nas fileiras do PCB a esperança de melhores condições de vida. (49)

(47) Leôncio BASBAUM, op. cit. p. 190

(48) Ibid., p. 190

(49) Oswaldo PERALVA, O Retrato, p. 191

Moisés Vinhas também reconhece que os comunistas haviam subestimado a possibilidade de cassação e não conseguiram articular nenhuma reação de massa à arbitrariedade do ato e o golpe que ele representava para o processo de democratização. (50)

Em Gregório Bezerra, ele acha que apesar da ofensiva contra o Partido desde o início do governo Dutra, os comunistas permaneceram obstinadamente na defensiva, o que atribui à linha política então adotada, consubstanciada no lema "**ordem e tranquilidade**", que aceita sem restrições, acabou por amortecer o espírito de radicalização das amplas massas populares. (51) Mais tarde Prestes reconheceria que o PCB não soubera fazer a luta de massas para defender a legalidade, optando apenas por uma luta jurídica.

Cabe registrar que a mesma tática que viabilizou a legalização do Partido não lhe permitiu evitar a cassação e reagir contra ela.

Baseados no fato de que um partido fora "da lei" não pode ter representantes no Congresso, e fortalecidos pela falta de manifestação popular em princípios de 1948, todos os deputados e vereadores eleitos na legenda do PCB perdiam seus mandatos. O PCB entrava portanto, num rápido processo de desagregação.

(50) Gregório BEZERRA, Memórias, 2ª Parte, p. 57

(51) Moisés VINHAS, op. cit. p. 94

C O N C L U S Ã O

A realização deste trabalho permitiu-nos, seja pela técnica utilizada, seja pela dinâmica que o texto final apresenta, conhecer a trajetória política do PCB em meados dos anos 40. A partir dos fatos analisados concluímos que:

O Partido Comunista Brasileiro deu no pós-guerra uma demonstração de grande capacidade de reorganização e de aplicação tática, o que lhe rendeu resultados eleitorais expressivos. As eleições mostraram a todos que em apenas 7 meses de atividade legal o PCB obteve grandes êxitos; fortaleceram-se suas posições entre os operários de grandes centros industriais, apesar de algumas vacilações e debilidades; em face do complicado quadro político e da instabilidade institucional e pela debilidade da classe operária brasileira, que se produzia no interior do Partido, para não falar da considerável distância que existiu entre a direção partidária, fortemente centralizada de um lado, e seus militantes e trabalhadores de outro.

O PCB, não obstante o empenho de seus parlamentares, teve suas proposições normalmente barradas, ao mesmo tempo em que não conseguiu obstar as iniciativas da maioria parlamentar, pelas frequentes declarações de voto apresentadas pela sua bancada.

A nova Constituição, promulgada em 18 de setembro de 1946, no geral tratava muito amplamente dos direitos democráticos e das liberdades dos trabalhadores. Proclamava a liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, proibia a discriminação racial e religiosa, declarava o direito de livre formação de sindicatos, reconhecia o direito dos operários à greve, etc.

Se é verdade que as Constituintes havidas até agora no Brasil redundaram em novos pactos dominantes, porém todas elas estiveram ligadas a transformações de maior ou menor importância na vida do país. A de 1823 realizou-se em pleno processo de independência e organização do Estado Nacional. A de 1889 expressou o fim da formação social escravista, a crise final da Monarquia e o advento da República. A de 1932 ligou-se diretamente aos resultados da Revolução de 30. Finalmente a de 46 realizou-se sobre os escombros do Estado Novo.

O monopólio político exercido pelas classes dominantes nestes acontecimentos explica-se não formalmente, pelo

processo constituinte em si, mas pelo grau de desenvolvimento da luta de classes. Em todos eles a hegemonia das classes dominantes ou de frações destas determinou as formas e os limites reais destas assembléias e, conseqüentemente, o alijamento das massas. É importante compreender que este fenômeno, longe de corresponder aos interesses das classes populares, favoreceu de fato a realização de novos acordos no "topo" da pirâmide. Os "de cima" sempre compreenderam a importância de se apoiarem nos processos objetivos em curso para colocarem-se como única alternativa de avanço histórico e assim legitimarem, perante os de baixo, as mudanças de seu próprio interesse.

É importante relembrar que o nacional-reformismo do PCB, embora decorresse também de causas internas, não pode deixar de ser examinado à luz da degenerescência do socialismo da URSS e do próprio PCUS.

Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o PCB, e os demais partidos da III Internacional (extinta em 43), aplicavam cegamente a estratégia imposta pelo PCUS, centrada na exploração das contradições interimperialistas e na limitação da luta antifascista aos marcos exclusivos da luta pela democracia burguesa, negando, o fundamental - a tese leninista de transformação da guerra imperialista em revolução proletária.

Esse atrelamento à linha do PCUS imprimiu à prática do PCB. Durante a guerra, após o pacto entre os aliados, o PCB abdicou internamente da crítica ao imperialismo norte-americano, chegando a contribuir para a mistificação de uma figura como a de Roosevelt.

Logo após a guerra, o PCB desdobra-se na pregação de uma política interna de "**Unidade Nacional**" e já se pauta pelas teses do caminho pacífico orientado pelo PCUS, que já havia lançado as bases para a divisão pacífica do mundo entre duas superpotências - URSS e EUA.

Como ficou claro, seguindo essa tática, o PCB não poderia escolher outro caminho diante do golpe que sofrera com o fechamento do Partido, se não o pacífico.

O período de 45 a 47 a classe operária esteve relativamente organizada e deu amplo apoio aos comunistas no processo democratizante, portanto, teria reagido ao fechamento do seu partido se tivesse sido orientada para tal. Isso vem reforçar a tese de que Prestes contrariou a essência do marxismo.

B I B L I O G R A F I A

1. BASBAUM, Leôncio, História Sincera da República (1889 a 1930), Vl. 2 - São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
2. BASBAUM, Leôncio, História Sincera da República (1930 a 1960), Vl. 3 - São Paulo, Alfa-Omega, 1985.
3. BEZERRA, Gregório L., Memórias (2ª Parte: 1946-1969), Rio, Civilização Brasileira, 1980.
4. CARONE, Edgard, O PCB (1943 a 1964), São Paulo, Difel, 1982.
5. FUCHTNER, Hans, Os Sindicatos Brasileiros de Trabalhadores - Organização e Função Política (Trad. Clysóstomo de Souza), Rio, Graal, 1980.
6. GIOVANETTI NETO, Evaristo, O PCB na Assembléia Constituinte de 1946, São Paulo, Novos Rumos, 1986.
7. KOVAL, Boris, História do Proletariado Brasileiro (1857 a 1967).
8. MEDEIROS, Ivoncísio Meira de, O Partido Comunista do Brasil e as Eleições no Rio Grande do Norte, Natal, 1984.
9. MENDES JR. Antônio e outros, Brasil História (Texto e Consulta) Vol. 3, São Paulo, Brasiliense, 1984.
10. PERALVA, Osvaldo, O Retrato, Rio-Porto Alegre, São Paulo, Globo, 1962.
11. VINHAS, Moisés, O Partidão: A Luta por um Partido de Massas (1922 - 1974), São Paulo, Novos Rumos, 1980.

PERIÓDICOS:

1. Boletim de Organização do PCB, nº 1, São Paulo, Novos Rumos, 1986.
-

A N E X O S I

- I - REDEMOCRATIZAÇÃO
 - II - AS ELEIÇÕES DE 1945
 - III - 1º DE MAIO NO BRASIL
 - IV - IMPRENSA OPERÁRIA
 - V - FORÇA DE TRABALHO
 - VI - CONDIÇÕES DE VIDA
 - VII - CONDIÇÕES DE TRABALHO
 - VIII - MOVIMENTOS GREVISTAS
 - IX - MOVIMENTOS CONTRA A CARESTIA
 - X - MOVIMENTO SINDICAL
-

ICONOGRAFIA

O país atravessou, por longos anos, uma "operação" de desagregação de todos os valores ligados à cidadania. Os comunistas, em especial, sentiu disto os efeitos perversos.

Esta "operação" se verificou através de múltiplos mecanismos de ordem repressiva e/ou indutiva. No que tange ao aspecto repressivo, mais evidente, a censura, a desarticulação das organizações civis, deixaram como sequelas a dispersão dos cidadãos.

Mas, mais sutil e por isso mais maléfico foi o aspecto indutivo gerenciado dessa desagregação. Duas forças combinadas atuaram violentamente desta desagregação política. De um lado, a grande imprensa identificada com o modelo brasileiro, comprometida com a classe burguesa reacionária, desde à Proclamação da República até onde trabalhamos, que foi o ano de 1946, agindo no sentido da padronização de valores ideológicos e marginalizando as idéias e aspirações populares, desconsiderando as forças de resistência que a população teve de criar para enfrentar suas dificuldades. Do outro lado, a atuação do Estado, através dos mais diversos organismos que, enquanto reprimiu toda manifestação vinculada ao livre exercício da cidadania, agia por clientelismo, assegurando a uma parcela de políticos sua sobrevivência e incentivando sua corporatização. Os resultados são claros: uma cultura marginal, de resistência, sufocada; e uma classe política em grande parte desligada da questão da cidadania, dependente do Estado economicamente, e com uma população via de regra decadente e sem suporte.



REDEMOCRATIZAÇÃO

A partir de 1942, devido a forte pressão popular sobre o governo, o Brasil entra na Guerra ao lado dos aliados criando um paradoxo: o Brasil lutava na Europa contra o nazi-fascismo ao mesmo tempo em que, internamente, o regime do Estado Novo guardava semelhanças com aquele. Em 1943 setores liberais lançam o Manifesto dos Mineiros defendendo a realização de reformas jurídicas e institucionais (habeas-corpus, eleições, etc.). E, na medida em que o movimento avançava, iam surgindo novas palavras de ordem entre as quais "anistia ampla e irrestrita", "convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte", "ampla liberdade de expressão e organização" e outras, aglutinando diversos setores da sociedade numa grande frente democrática contra a ditadura de Vargas.

No primeiro semestre de 1945, o movimento democrático chega ao auge: é rompido a censura à imprensa. Em 28 de fevereiro, o governo Vargas decreta o Ato Adicional nº 9, fixando o prazo de 90 dias para a marcação das eleições presidenciais. No dia 18 de abril é conquistada a anistia, libertando todos os presos políticos e possibilitando a volta dos que se encontravam no exílio. O processo avança e é conquistada a liberdade de organização partidária: a sociedade civil reorganiza-se e mobiliza-se rapidamente e com desenvoltura. A 28 de maio, Vargas decreta o novo Código Eleitoral Brasileiro regulamentando a formação dos partidos políticos e o sistema eleitoral. O mesmo decreto-lei fixava para 2 de dezembro de 1945 as eleições presidenciais e parlamentares para a Assembléia Nacional Constituinte.

A evolução política dos anos 1943/45 favorecia o avanço da oposição, obrigando o governo do Estado Novo a fazer concessões. nesses mesmos anos Vargas compreendera a necessidade do encaminhamento de soluções para a redemocratização do país. Em 1945 procurou mobilizar as massas urbanas na campanha em favor da "Constituinte com Getúlio", através do "movimento queremista". Os objetivos de Vargas eram, na verdade, manobras continuistas e tentativas de mudanças no regime político, evitando que o poder fosse para as mãos das oligarquias remanescentes e seus aliados liberais e estrangeiros. Em 29 de outubro de 1945 um golpe militar, comandado pelos generais Dutra e Góes Monteiro e apoiado pelas forças liberais-conservadoras e do imperia-

lismo, depõe Vargas. Porém, o clima pós-guerra e a pressão das forças democráticas e populares evitam o retrocesso político: As conquistas democráticas são garantidas e as eleições continuam marcadas para 2 de dezembro.



Comício pela anistia na Praça da Sé, São Paulo, 14/4/1945.



- GRITA: QUEREMOS GETULIO...

Charge de Péricles alusiva ao processo de democratização de 1945. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 5/5/1945.



Ato público pela redemocratização na Praça da Sé, São Paulo, 2/3/1945.

AS ELEIÇÕES DE 1945

Foram lançados os candidatos à Presidência da República: o general Eurico Gaspar Dutra, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD), em composição com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A União Democrática Nacional (UDN), lançou como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes, e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), lançou o engenheiro Iedo Fiúza.

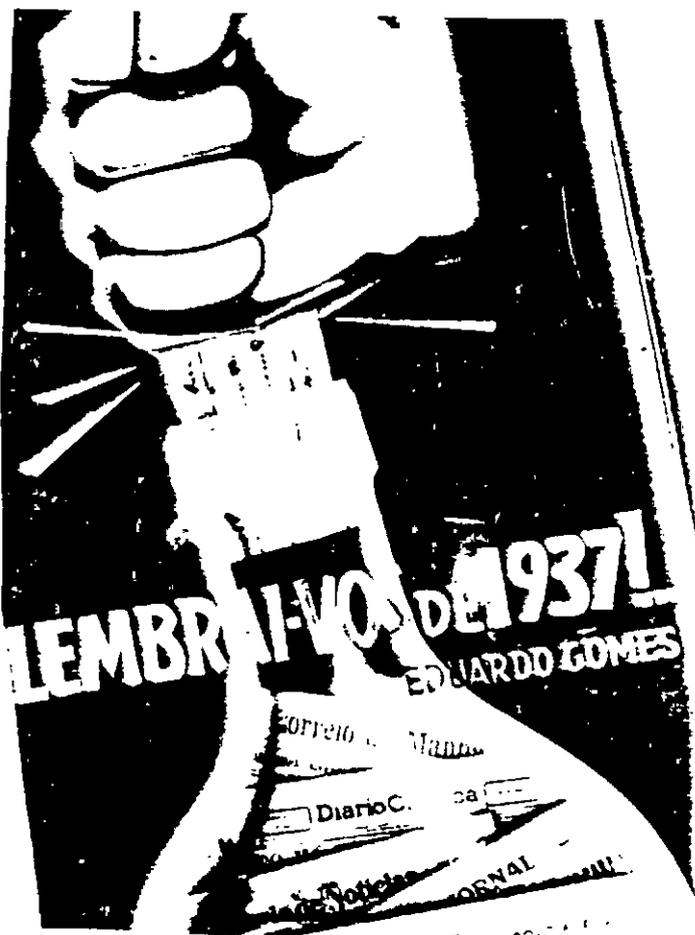
Apesar de ser a Constituição mais democrática de nossa história, ainda mantinha elementos e instituições autoritárias do Estado Novo.



LEMBRAI-VOS DE 1937

Eduardo Gomes

Estudantes do Movimento Universitário de Resistência
engajados na campanha de Eduardo Gomes.



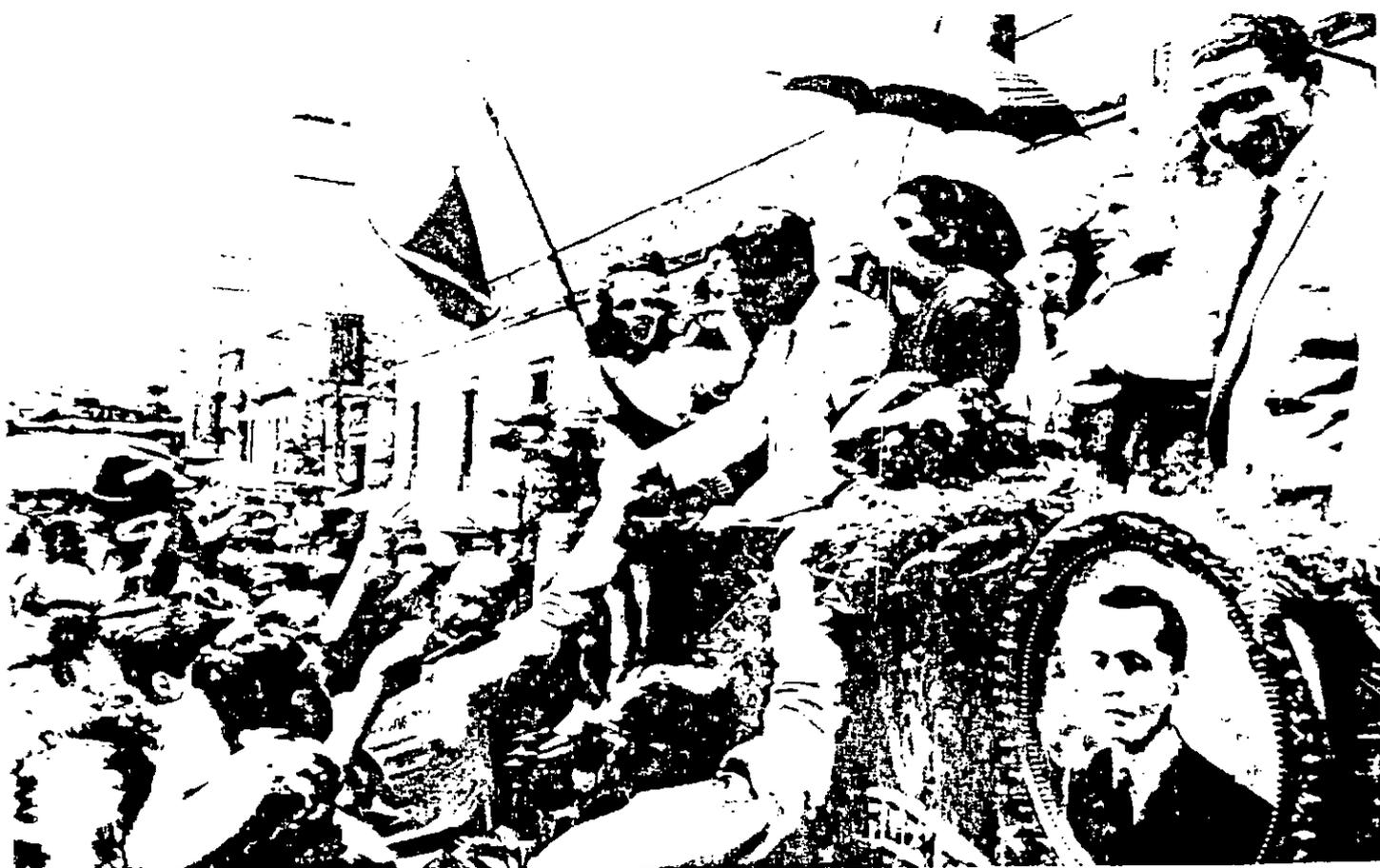
Cartaz da campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes.



Cartaz da campanha eleitoral do General Dutra.



Estudantes do Movimento Universitário de Resistência engajados na campanha de Eduardo Gomes.



LUIS CARLOS PRESTES e JOSÉ MARIA CRISPIM participam de comício do PCB em São Paulo, 1945.



YEDO FIÚZA, MÁRIO SCOTT e PRESTES em campanha eleitoral, São Paulo, novembro de 1945.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

As urnas consagraram hoje a vontade soberana do povo brasileiro, elegendo o GENERAL EURICO GASPAR DUTRA PRESIDENTE DA REPUBLICA.



BRASÍLIOS

... a vontade soberana do povo brasileiro, elegendo o GENERAL EURICO GASPAR DUTRA PRESIDENTE DA REPUBLICA.

1945 - PRESIDENTE DA REPUBLICA
EURICO GASPAR DUTRA

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

SEÇÃO DE SÃO PAULO



... a vontade soberana do povo brasileiro, elegendo o GENERAL EURICO GASPAR DUTRA PRESIDENTE DA REPUBLICA.

DO PASSADO: Sempre houve um...

SOJE: Sempre houve um...

DIREÇÃO DO PLEITO

... a vontade soberana do povo brasileiro, elegendo o GENERAL EURICO GASPAR DUTRA PRESIDENTE DA REPUBLICA.

SOLETIM ELEITORAL

... a vontade soberana do povo brasileiro, elegendo o GENERAL EURICO GASPAR DUTRA PRESIDENTE DA REPUBLICA.

CEBULAS

... a vontade soberana do povo brasileiro, elegendo o GENERAL EURICO GASPAR DUTRA PRESIDENTE DA REPUBLICA.

AOS ELEITORES

... a vontade soberana do povo brasileiro, elegendo o GENERAL EURICO GASPAR DUTRA PRESIDENTE DA REPUBLICA.

Propaganda Eleitoral publicada na Folha da Manhã do dia das eleições, 2/12/1945.

O POVO BRASILEIRO ESCOLHERA HOJE NAS URNAS O PRESIDENTE DA REPUBLICA

...MILITANEMENTE... DE OBRAS... ATUAÇÃO... MEMBROS DO PL... INGRESSO... SP... O... O... O...



IMPRESSO

JALHEIRA DIAMANTE S.A.

DIAMANTARIA S.A.

PERFUMARIA S.A.

...CIGARETAS... ...CIGARETAS... ...CIGARETAS...

AS ELEICOES TRANSCORRERAM NA MAIS PERFEITA ORDEM EM TODO O PAIS



O BRASIL REENCETOU O CAMINHO DA DEMOCRACIA

FOLHA DA NOITE

...DEBATE... ...DEBATE... ...DEBATE...

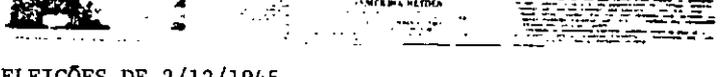
...OS VITORIOSOS NAS URNAS... ...OS VITORIOSOS NAS URNAS... ...OS VITORIOSOS NAS URNAS...

...CLIMA DE LIBERDADE... ...CLIMA DE LIBERDADE... ...CLIMA DE LIBERDADE...

SEMPRE EM TODOS OS VAREJOS CIGARETAS

EGLE

TIPO AMERICANO PRODUTO SUDAN S.A.



MANCHETES SOBRE AS ELEICOES DE 2/12/1945.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

CANDIDATOS DO POCV

Os Candidatos do Povo DEFENSA DO SEGURO PROGRAM.

...[Grid of many small portraits of candidates]...

MANCHETES SOBRE AS ELEICOES DE 2/12/1945.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

ELEITOR... TRABALHADOR... ATENÇÃO... ATENÇÃO... NÃO DEIXA QUE TE ENGANEM!... SI QUERES UM GOVERNO TRABALHISTA PARA O BRASIL VOTA ASSIM:

PARA PRESIDENTE DA REPUBLICA

EURICO GASPAR DUTRA

PARA SENADORES

GETULIO DORNELES VARGAS

ALEXANDRE MARCONDES MACHADO FILHO

PARA DEPUTADOS

GETULIO DORNELES VARGAS

NOTA BEM: VOTA SEMPRE EM GETULIO VARGAS PARA DEPUTADO

ACEITA SOMENTE CEDULAS COM A LEGENDA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

OS CANDIDATOS DOS TRABALHADORES

PARA SENADORES FEDERAIS

PARA DEPUTADOS FEDERAIS

Partido Trabalhista Brasileiro

TRABALHADOR

PARA SENADORES:

Partido Trabalhista Brasileiro

GETULIO DORNELES VARGAS

PARA DEPUTADOS:

Partido Trabalhista Brasileiro

GETULIO DORNELES VARGAS

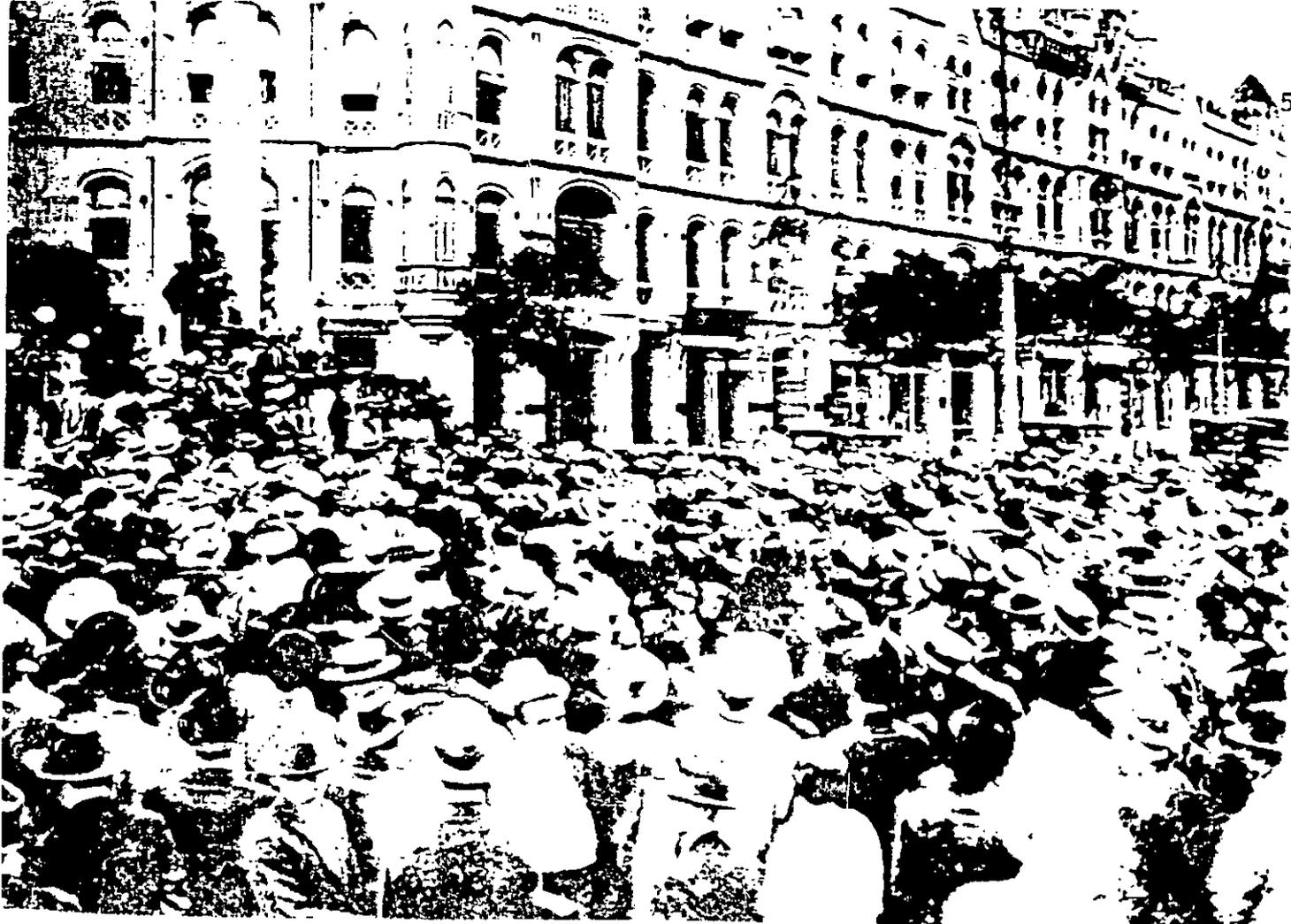


1º DE MAIO NO BRASIL

O 1º de Maio vem sendo comemorado no Brasil desde fins do século passado. Embora haja divergências quanto à data da primeira comemoração, tudo indica que ela foi realizada no ano de 1895, em Santos, e organizada pelo partido operário daquela cidade. Nas primeiras décadas do século, o 1º de Maio foi comemorado pela classe operária como um dia de luta e reivindicações por melhores condições de vida e trabalho, contra a guerra, por liberdades, etc. Em 1925, contra os protestos dos trabalhadores e procurando institucionalizá-lo, o governo transforma o 1º de Maio em feriado nacional.

Nos anos trinta e, em particular, durante o Estado Novo (1937-1945), o governo procurou retirar o significado de combate da data e converter o 1º de Maio num dia de festa oficial, programada e dirigida pela máquina estatal. Nele, Getúlio Vargas aparecia como grande protetor dos trabalhadores brasileiros.

Após a redemocratização de 1945, o movimento operário procurou resgatar e reafirmar o conteúdo classista do dia 1º de Maio.



Manifestação de 19 de Maio de 1925. Nesse ano, a data foi transformada em feriado. Revista da Semana, 9/5/1925.

VOZ DO POVO

PELOS MARTYRES DE CHICAGO!

1º Dia de Protesto do Proletariado Universal

19 DE MAIO NO RIO DE JANEIRO

Atrevez do crime e das vices sentenças
 decretamos os camaradas mortos com
 honra e corajosa acção de solidariedade

Jornal anuncia o 19 de Maio de 1921.

Revista - Maio de 1923 ANNO VI - NOME 208

A PLEBE

A todos que sofrem em todo mundo as misérias do
 regimen capitalista-governamental, a todos que gemem nas
 prisões por se rebelarem contra as tyrannias imperantes em
 todos os países, nós os saudamos e convidamos, no dia de
 hoje, a continuarem no advento da proxima Revolução Social

Jornal Anarquista do 19 de Maio de 1923



Comemoração do 1º de Maio de 1919 em São Paulo.



Festa de 1º de Maio na Vila Proletária Marechal Hermes, Rio de Janeiro, 1913.



Passeata de 1º de Maio no Rio de Janeiro. O Malho, 18/5/1907.

1.º DE MAIO

dos Trabalhadores do Rio de Janeiro

No 1.º de Maio, com-
municamos operários do
Estado do Rio de Janeiro de sua missão,
de lutar para manter a classe
operária unida e sobre seus in-
teresses, lutando para a união, ao
mesmo tempo, com os outros
trabalhadores do Brasil.
Neste dia, os operários devem
reunir-se em suas respectivas
locais de trabalho, para discutir
os problemas da classe operária
e a luta por melhores condições
de trabalho, salários e direitos
sociais. É importante que os
operários estejam conscientes de
sua força coletiva e lutem por
uma sociedade mais justa e
equitativa.

Panfleto de 1925.

meetings, socorrendo associa-
tiva, etc.
No 1.º de Maio, os trabalhadores
devem dar um lance no passado.
Parte das classes comunistas de
1917-1921, com o intuito de obter
certo reconhecimento, não se uniram
aos outros trabalhadores, mas
lucramos com a situação, e não
podemos esquecer os fatos.
Atualmente, o 1.º de Maio é um
dia de luta para a classe operária
do Brasil.
O objetivo principal desta luta é
a união dos trabalhadores em
toda a classe operária, para
enfrentar os problemas da classe
operária.
Com essa organização, os opera-
rios não poderão vencer.
Por isso, é importante que
todos os setores da classe se
reunam para discutir os problemas
da classe operária e lutar por
uma sociedade mais justa e
equitativa.
O Comité do 1.º de Maio, depois
de dirigir-vos estas palavras, con-
vidamos a comparecer, hoje, 1.º de
Maio, na Praça Mauá, às 11 horas,
para o grande comício de confrater-
nização proletária.
Um bom dia, trabalhadores!

1.º DE MAIO DE 1926

Do proletariado em geral

A Federação Operária do Estado do
Rio de Janeiro convida as corporações federadas e
não federadas do proletariado em geral
para comparecerem a grande reunião que
se realizará no dia 1.º de Maio, às 12 horas,
na sede dos Empregados do Comércio -
Indústria, Rua 27, nº 17, esquina 17/21.

São as seguintes corporações convida-
das a comparecer a sessão: Associação
dos 19 horas na sede do Centro dos Aldeia-
nenses de Ferro, Rua José Clemente, 17.

Niterói, 29 de Abril de 1926

A FEDERAÇÃO OPERÁRIA
DO ESTADO DO RIO

Panfleto de 1926.



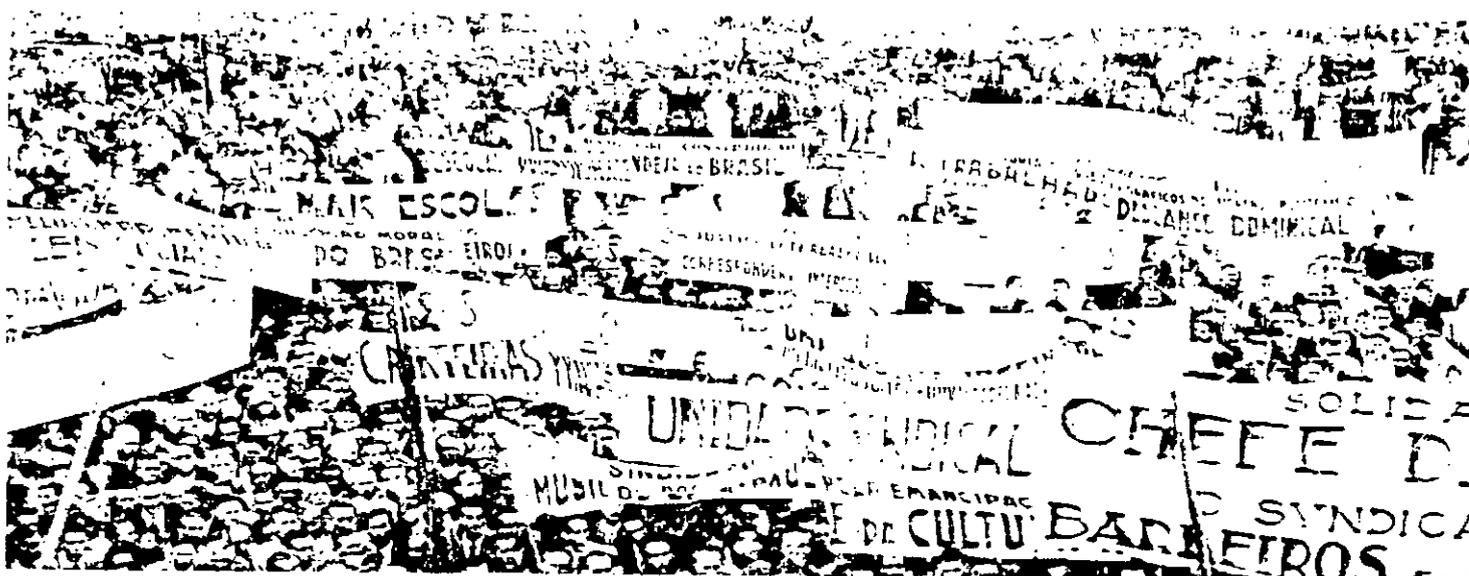
Getúlio Vargas participa das comemorações de 1º de Maio de 1953 em Volta Redonda, Rio de Janeiro.



Repressão as manifestações de 1º de Maio de 1927. O Malho, 7/5/1927.



Comício 1º de Maio de 1946 em Recife, promovido pelo PCB.



Concentração de 1º de Maio de 1939 na Praça da Sé, promovida pelo Estado Novo.

IMPrensa OPERÁRIA

A imprensa desempenhou papel dos mais importantes na história do movimento operário brasileiro. Desde meados do século passado um grande número de jornais e revistas, tanto locais como de caráter nacional, foram publicados. De tendência anarquista, socialista, comunista, ou meramente sindicalista, a imprensa sempre foi uma atividade político-cultural fundamental para o movimento operário, seja no sentido de propagação de ideologias, de divulgação de projetos políticos ou como órgãos aglutinadores de classe.

Poucos jornais operários tiveram vida longa. A grande maioria teve periodicidade irregular e vida curta devido a uma série de fatores: existência ilegal ou semilegal, problemas financeiros, limitações na liberdade de imprensa e repressão policial.

Em períodos de maiores liberdades democráticas ou de ascenso do movimento operário, a imprensa dos trabalhadores aparece em maior profusão.

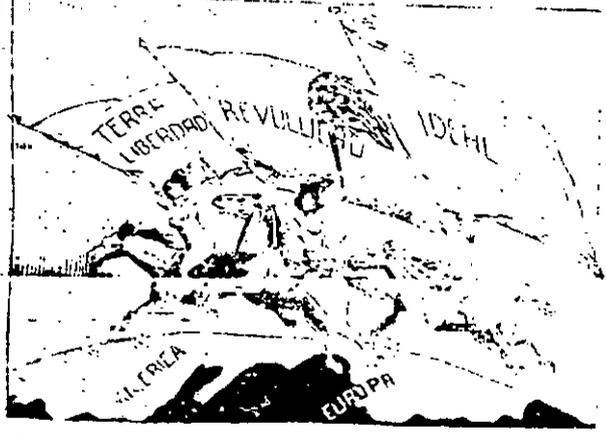


Polícia do Rio Janeiro apreende o jornal "SPARTACUS",
Careta, 20/9/1919.

A PLEBE

ISSO É SEMPRE

A cavalgada do Ideal



Liga Socialista

1.º DE MAIO

Publicado da Liga Socialista, em homenagem ao Primeiro de Maio
SUPLENTE DE MAIO 1920

Como na Rússia de Czar



1.º de Maio Carlos Liebnicht

HUMANISMO

A revolta dos escravos

Solidario

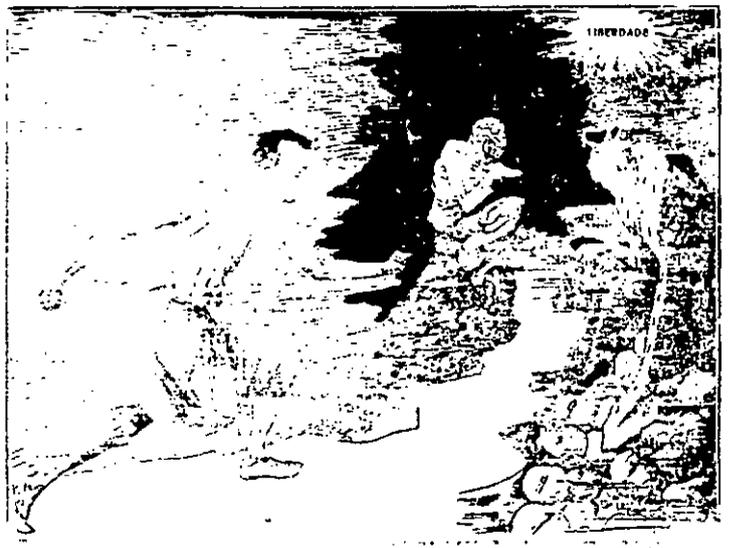
ORGAN DA CLASSE OPERARIA

Salve, Martyres do Proletariado!



1. DE MAIO Os prodomos da tragedia

A igualdade social



O Movimento

ORGÃO DO PROLETARIADO

Salve 1º de Maio!

Através de todos os sacrifícios, o proletariado do mundo inteiro enfrenta a luta contra a burguesia geradora de injustiças e desigualdades sociais.

O MOVIMENTO proletário orgão de publicação e propaganda para os trabalhadores e camadas que lhes associam, difunde o seu apelo e promove o movimento de luta, propondo a todos os seus interessados gratuitos e gratuitos, a organização, a instrução, a instrução e o desenvolvimento educacional.



O Movimento

... (text continues) ...

O TRABALHADOR GRAPHICO

ORGÃO DA UNIAO DOS TRABALHADORES GRAPHICOS DO BRASIL

N. 62 ... Sexta-feira, 1 de Maio de 1926 ...



SALVE 1.º DE MAIO 1886-1926

... (text continues) ...



A CLASSE OPERARIA

TODOS A PRACA MAUA às 2 HORAS DA TARDE!

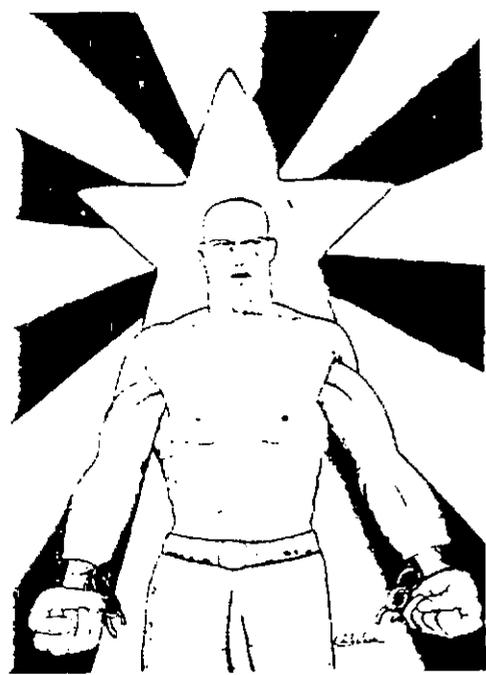
Amargando nos cárceres o crime de ser consciente



... (text continues) ...

Voz Cosmopolita

TODOS AO COMICIO DA PRACA MAUA!!!



FORÇA DE TRABALHO

O IMIGRANTE: A partir de 1850, o Brasil passou por um processo de profundas transformações. Isso se deveu em grande parte, ao desenvolvimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro, Sul de Minas e São Paulo. Junto e em função da produção do café instalaram-se ferrovias, multiplica-se o número de bancos, desenvolve-se o comércio, implantam-se indústrias, crescem as cidades e surgem novas categorias e classes sociais. Aos poucos, esse processo irá não só abalar profundamente o trabalho escravo, como será o responsável direto pela sua extinção no final do século (1888); substituindo-o gradualmente pelo trabalho livre do imigrante europeu que passa a entrar no país em número cada vez maior.

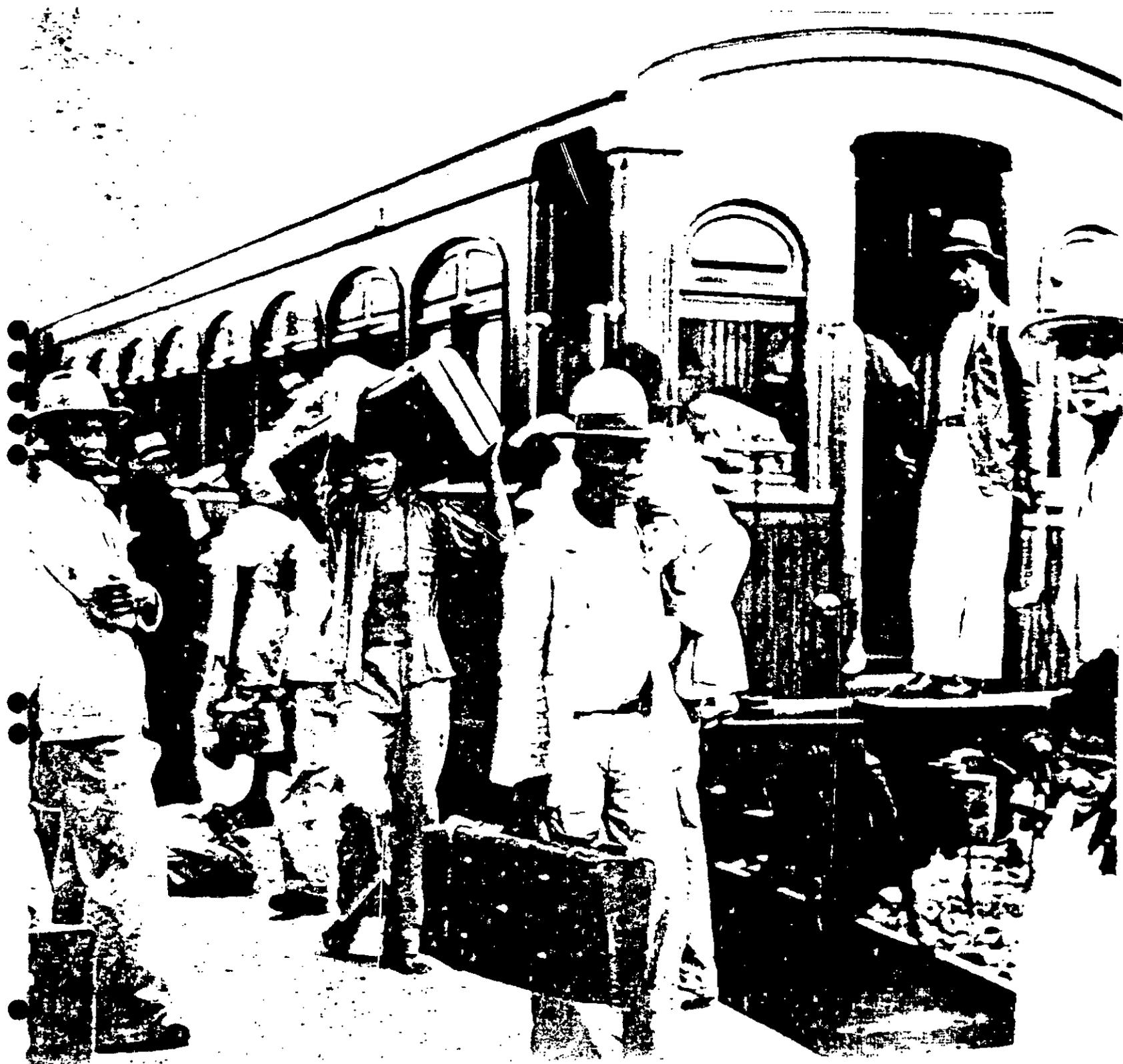
Os imigrantes eram em sua grande maioria italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses, instalados nas fazendas do café. Com o tempo, passam também a morar e trabalhar nas cidades, dedicando-se ao artesanato, comércio ou atividades industriais, seja como patrões ou operários. Alguns ganham destaque como industriais: Matarazzo, Scarpa, Ramenzoni, Giovanni Briccola e Jafet, entre outros. No entanto, a imensa maioria dos imigrantes acabaram engrossando as fileiras do proletariado, tanto na indústria nascente como nas fazendas. Em 1901, 90% dos operários das fábricas de São Paulo, eram europeus, principalmente italianos; em 1913, esta proporção será 82% e, em 1920 de 40%.

O MIGRANTE: A decadência da economia nordestina - baseada na monocultura, no monopólio da terra, no trabalho escravo e semi-servil - acentua-se a partir da segunda metade do século XIX e principalmente depois da abolição da escravatura em 1888.

Paralelamente, a transformação do engenho em usina concentrou ainda mais a propriedade da terra e diminuiu a oferta de mão-de-obra. Esse fenômeno, aliado às secas periódicas na região, acabou por contribuir para a expulsão massiva do trabalhador do campo e sua migração para as cidades.

A migração de trabalhadores nordestinos, expulsos pelo latifúndio e pela seca, para os grandes centros urbanos e, em particular, para São Paulo, aumenta significativamente a partir da década de trinta, com as restrições impostas pelo

governo a imigração européia. Deslocados para o centro-sul, geralmente através dos conhecidos caminhões "pau-de-arara", os trabalhadores do nordeste irão suprir a indústria com sua mão-de-obra e engrossar o contingente de desempregados, fazendo concorrência ao operário de origem estrangeira.



Desembarque de imigrantes nordestinos em São Paulo.



Fotografias de passaportes de imigrantes.

Il presente Passaporto è valido per un anno

IN NOME DI SUA MAESTÀ
VITTORIO EMANUELE III
 RE D'ITALIA

PASSAPORTO

Conceduto a Peroce Maria
 figlia di fu Luigi
 il fu Carlo di Vicenza
 nato ad Altavalle Prov. VICENZA
 il 14-9-1872
 residente a Vicenza
 Stato civile coniugata
 Professione di
 Da leggere 1140 Si Scrivere 1140

CONNOTATI

Statura m. 1,65
 fronte de
 occhi castani
 naso regio
 bocca ide
 labelli pi
 orecchie ide
 capelli ide
 colorito natu
 temperatura ide
 Segni particolari

S.A. FONDO
 L'EMERAZIONE

Fotografias de passaportes de imigrantes.

CONDIÇÕES DE VIDA

Nas primeiras décadas do século, as habitações operárias concentravam-se, geralmente, nas proximidades das fábricas em bairros como o Brás, Mooca, Belenzinho, Pari, Bexiga, Lapa, Água Branca, Cambuci, Ipiranga, Vila Prudente, em São Paulo; Bangu, Camboa, São Cristóvão, Gávea, Tijuca, no Rio de Janeiro; Jaboatão e São José, no Recife. Neles predominavam os cortiços ou casas minúsculas em terrenos insalubres. Alguns empresários, como por exemplo, Jorge Street, começaram a construir vilas operárias (Maria Zélia, Economizadora e outras, em São Paulo). Embora mais confortáveis que os cortiços, isolavam os operários e outros setores da classe e os mantinham sob controle social e ideológico da empresa.

Em época mais recente, particularmente depois da década de trinta, há uma acentuada expulsão dos trabalhadores para a periferia ou subúrbios das cidades. Nos novos loteamentos abertos constituem-se os chamados "bairros-dormitórios", onde avolumam-se conjuntos de barracos ou pequenas casas desprovidas do mínimo de infra-estrutura. Ao lado disso, multiplicaram-se grandemente as favelas. Essa mudança refletiu-se também nos meios de transporte utilizados pelos trabalhadores: dos bondes para operários ("os caraduras" do início do século) e das bicicletas, passou-se a utilizar os trens de subúrbios e os ônibus.



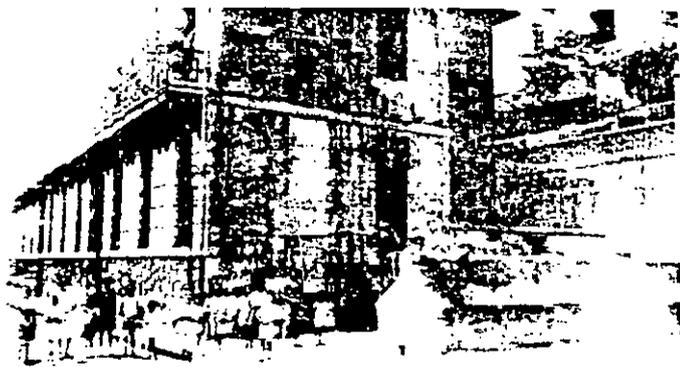
Cortiço no Rio de Janeiro, anos 10.



Cortiço na rua Carneiro Leão, bairro do Brás, São Paulo, 1942.



Morro da Favela, Rio de Janeiro, 1920.



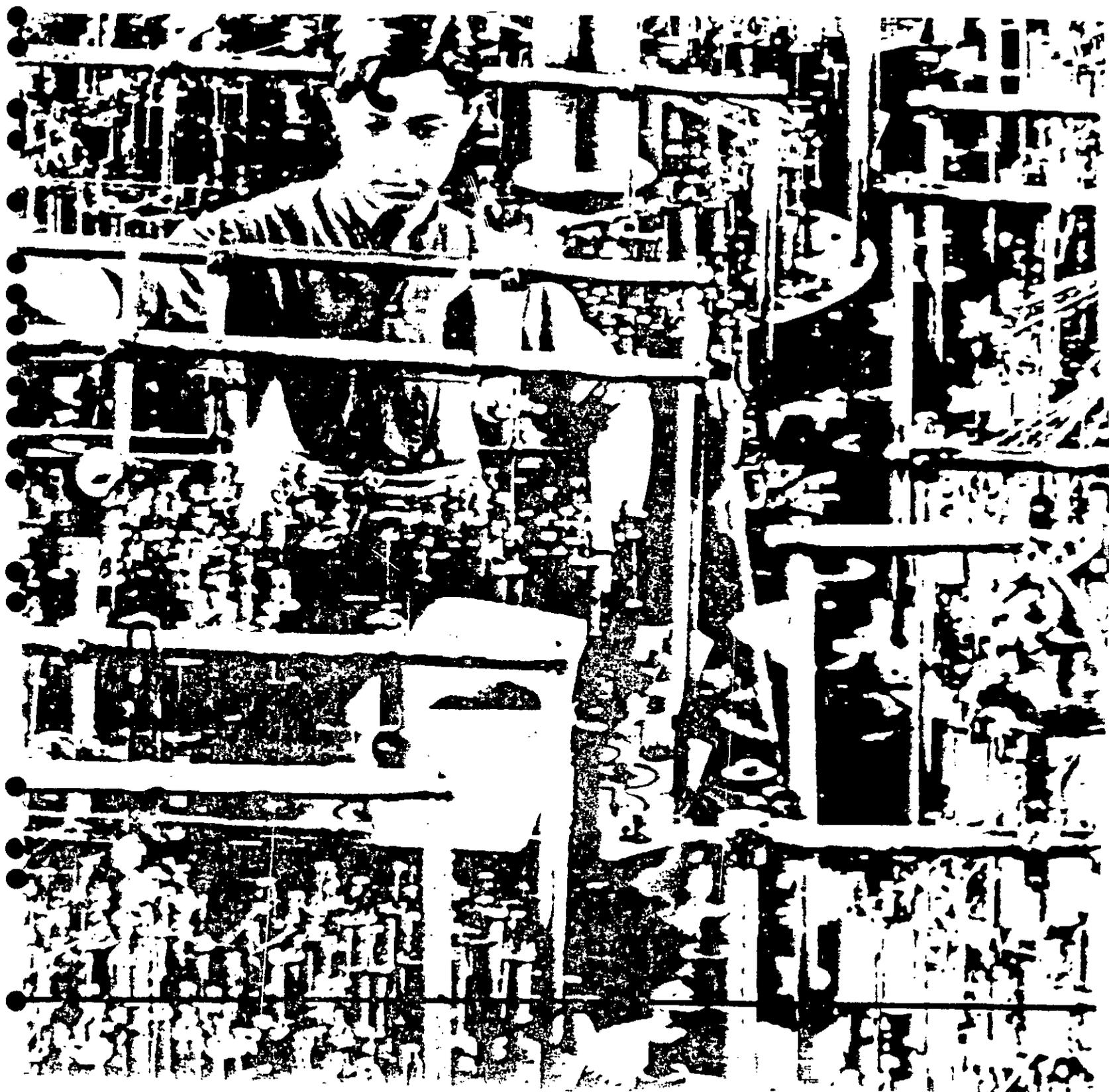
Casas operárias no Beco do Rio, 1905.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

As condições de trabalho do proletariado em seu período de formação eram bastante difíceis. A jornada de trabalho, em muitos casos, chegava a 14, 16 e até 18 horas por dia. O trabalhador não tinha direito ao descanso semanal remunerado, nem às férias anuais. Não havia contrato de trabalho: os operários eram admitidos e demitidos verbalmente, sem qualquer tipo de indenização. O patrão não tinha qualquer obrigação em caso de doença do trabalhador, mesmo em se tratando de acidente de trabalho ou de moléstia profissional. Os baixos salários implicavam no trabalho das mulheres e crianças, provocando, conseqüentemente, excedente de mão-de-obra, o desemprego e a queda dos salários.

Em 1901, um relatório oficial apontava grande número de crianças entre 5 e 11 anos que trabalhavam dia e noite. Nas primeiras décadas do século, as mulheres representavam cerca de 33% da força de trabalho. No ano de 1912, dos 10.204 operários de 31 fábricas têxteis de São paulo, 67% eram mulheres, sendo a maioria constituída de menores. A disciplina no interior das fábricas era bastante rigorosa e, ao lado do exercício de coerção, visava garantir o máximo do rendimento. Os operários estavam sujeitos a multas e até castigos corporais.

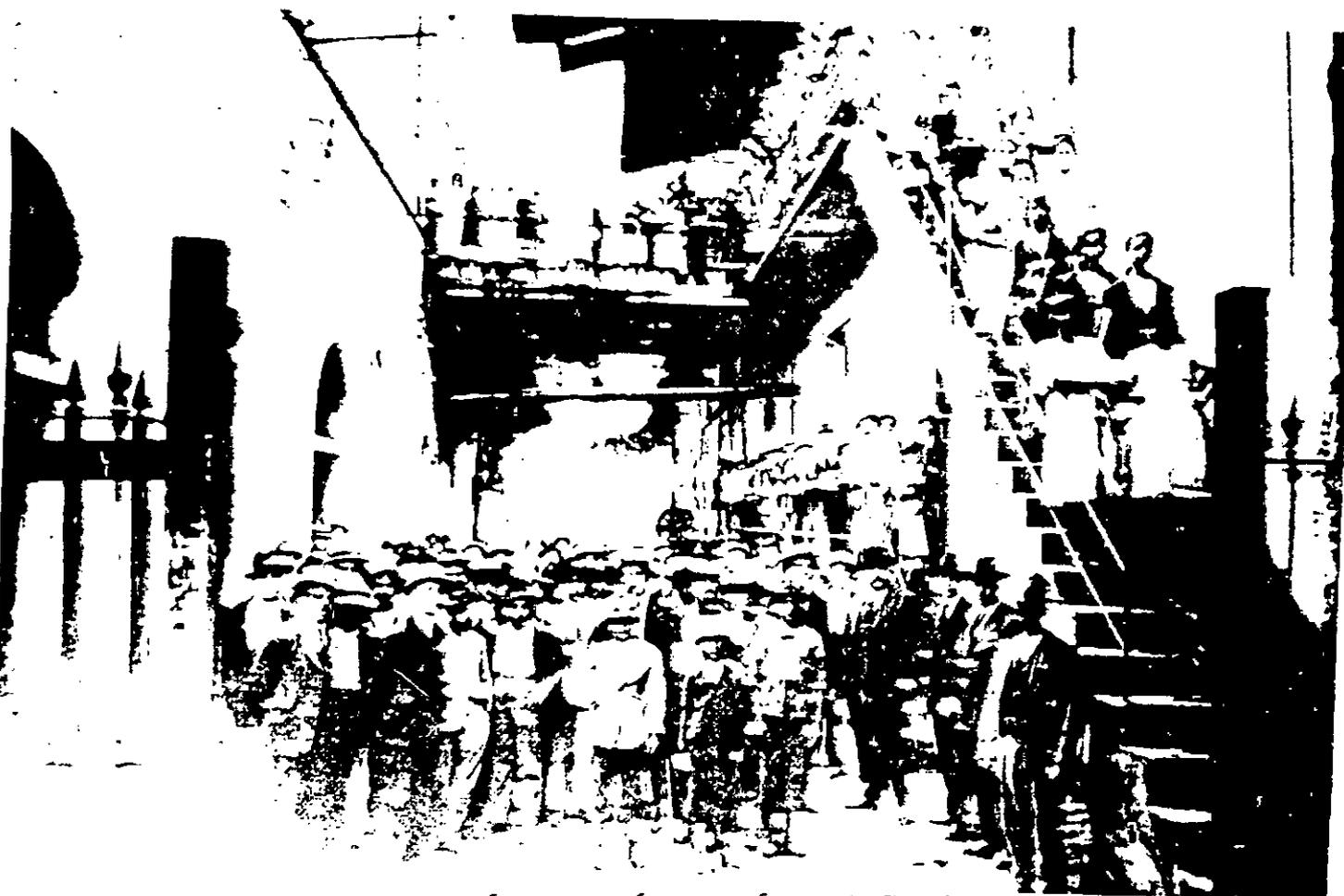
Na década de 30, o governo Vargas procurou atender às antigas reivindicações operárias e regulamentar as relações entre capital e trabalho. Ao lado do atrelamento dos sindicatos ao Estado deu forma à legislação trabalhista que vigoraria, com poucas modificações. Neste sentido, em 1931, entrava em vigor a lei de extensão da estabilidade no emprego, pensões e aposentadoria dos servidores públicos. Em 1932, eram regulamentadas as jornadas de trabalho para o comércio e indústrias, o trabalho feminino e do menor, a estabilidade no emprego e criadas as juntas de conciliação e julgamento. Nos anos seguintes, até 1937, foram elaboradas as leis de férias anuais, da Previdência Social e do uso obrigatório da carteira profissional. Todos esses dispositivos legais seriam sistematizados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1944.



Menino trabalhando em tecelagem, início do século XX.



Interior de tecelagem, início do século XX



Saída dos operários da fábrica de Chocolates Falchi, Giannini e Cia., São Paulo, 1918

MOVIMENTOS GREVISTAS

Na medida em que a classe operária foi se organizando, as lutas por aumentos de salários e melhores condições de trabalho tornam-se mais frequentes. A principal arma de luta do proletariado será a greve, que ocorrerá em grande número entre 1900 e 1919 e se estenderá durante toda a década de vinte. Algumas ganharão proporções consideráveis, transformando-se em greves gerais, como foi o caso da greve de 1917 em São Paulo. Até 1930, essas greves têm quase sempre as mesmas reivindicações: diminuição da jornada de trabalho, aumento de salários, abolição das multas, repouso semanal, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, etc. Os empresários e o Estado, por sua vez, usam de recursos diversos para abafar os movimentos reivindicatórios da classe operária: repressão policial, fechamento de sindicatos, expulsão de estrangeiros, entre outras medidas.

Entre 1930 e 1935, ocorre um grande número de greves por aumento de salários, contra as péssimas condições de trabalho e pelo cumprimento da legislação trabalhista, entre outras reivindicações. Em meio à grande crise econômica que começou em 1929 e provocou desemprego em massa em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros Estados, os movimentos grevistas intensificam-se, contribuindo decisivamente para a conquista de inúmeras vantagens trabalhistas. Neste período, há também uma acirrada luta do movimento operário contra o atrelamento dos sindicatos ao Estado. A partir de 1935, depois da derrota do movimento conduzido pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), violenta repressão se abateu sobre o movimento operário e sindical.

A partir de 1943, em meio à luta pela democratização do país, há uma renovação nas direções sindicais e o ressurgimento dos movimentos grevistas. Em fins de 1944 e ao longo dos dois anos seguintes, os movimentos reivindicativos aumentam significativamente, abrangendo ferroviários, portuários, bancários, metalúrgicos, securitários etc.



Operários da Matarazzo em manifestação por aumento de salários, maio de 1945.



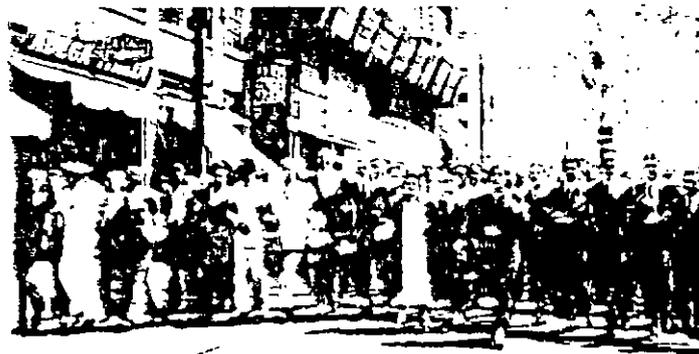
Comício na Praça da Sé durante a greve geral de 1917.



Assembléia de padeiros grevistas do Distrito Federal, setembro de 1934.



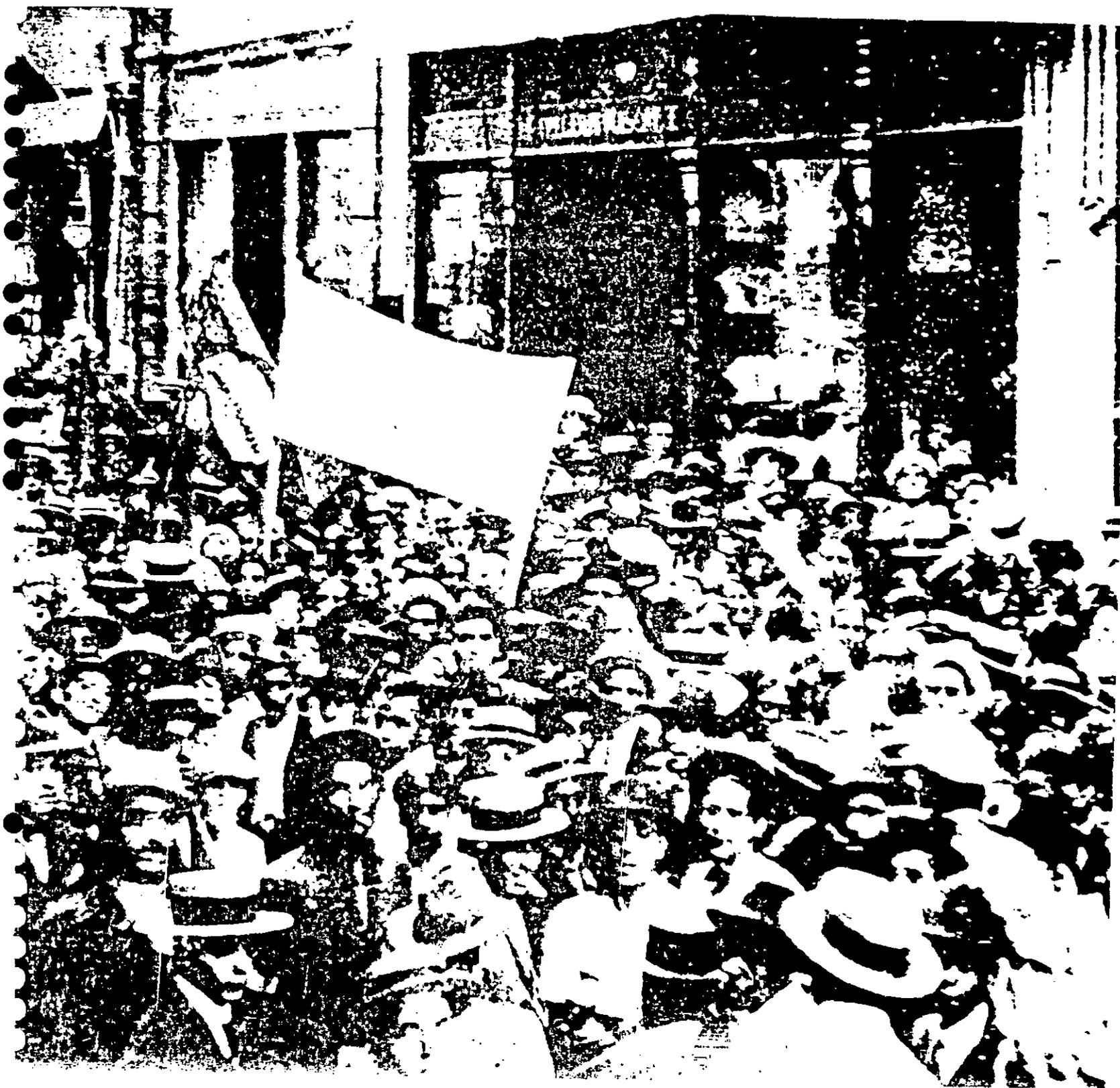
Enterro do sapateiro JOSÉ MARTINEZ, assassinado pela repressão durante a greve de 1917.



Passeata dos grevistas dos Correios e Telégrafos, dezembro de 1934.

MOVIMENTOS CONTRA A CARESTIA

Os movimentos e as lutas contra a carestia de vida e o aumento dos gêneros de primeira necessidade são uma constante na história do movimento operário brasileiro. Surgem e ressurgem, geralmente, em épocas de crise econômica e de aumento de arrocho salarial. Contra a crescente penúria e a perda constante das condições mínimas de vida, contra a escassez e a carestia de gêneros alimentícios, o proletariado organiza diversos movimentos, frequentes desde as três primeiras décadas do século.



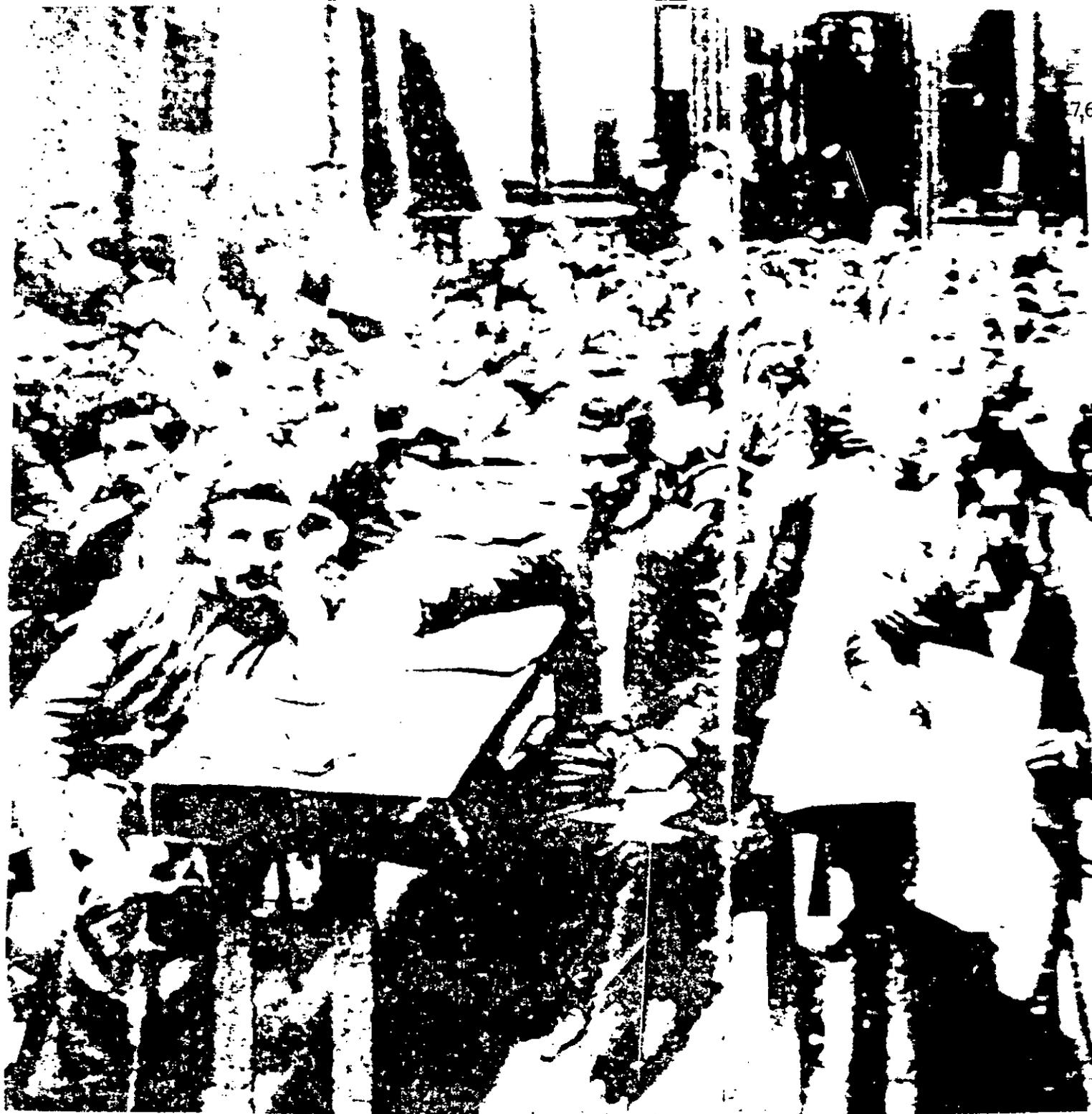
Passeata contra a carestia a caminho do Palácio do Catete,
Rio de Janeiro, o Malho, 8/9/1923.

MOVIMENTO SINDICAL

Para resistir às duras condições a que estavam submetidos, os trabalhadores começam a se organizar, já na segunda metade do século XIX, em **Associações de Socorro Mútuo**, com fins assistenciais em casos de doença, acidentes, velhice, etc. Algumas delas ultrapassam o assistencialismo e começam a reivindicar melhores condições de trabalho e maiores salários. Essas formas de organização foram se desenvolvendo e evoluindo para a formação de **Unões e Ligas Operárias** que, por sua vez, deram origem aos sindicatos. Procurando centralizar e direcionar suas lutas, tanto a nível nacional quanto regional, reúne-se em 1906 o **I Congresso Operário Brasileiro** e lança as bases para a Constituição da **Confederação Operária Brasileira (COB)**, dois anos depois. Em 1913 e 1920 irão se realizar o **II e III Congressos Operários**, na tentativa de reativar a COB. Observe-se que todos esses congressos foram animados e tiveram forte influência do anarquismo.

Os anos de 1930 a 1945 serão marcados pelo esforço do governo em institucionalizar as relações de trabalho, procurando amenizar os conflitos entre capital e trabalho e subordinar os movimentos operário e sindical ao Estado. Nesse sentido, o governo Vargas toma diversas medidas: criação do Ministério do trabalho, Indústria e Comércio em novembro de 1930; Decreto 19.770 de 1931, cerceando a liberdade e autonomia sindicais e estabelecendo obrigações dos sindicatos para com o Estado; Decreto-lei 1.402 de 1939, atrelando definitivamente o sindicato ao Estado e o Decreto-lei 2.377, de 1940, regulamentando o imposto sindical, o que reforça ainda mais a subordinação do sindicato ao Estado, além de outras medidas sistematizadas em 1943 na Consolidação das Leis do trabalho (CLT). Dessa forma, o governo incorporava à legislação trabalhista as lições da **Carta del Lavoro** do fascismo italiano.

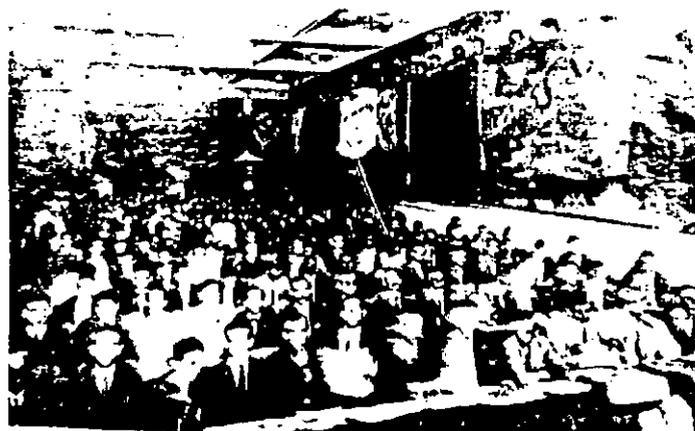
A partir de 1945, apesar do avanço do movimento operário e sindical, não se conseguiu romper o atrelamento ao Estado. No entanto, diversas organizações são criadas para a unificação das lutas e reivindicações dos trabalhadores.



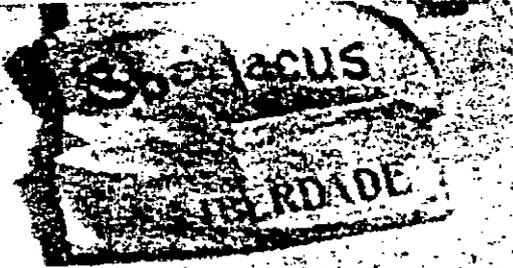
Aspecto do Primeiro Congresso Operário, Rio de Janeiro, 1906.



Reunião dos Sindicato dos Ensacadores e Carregadores em Trapiches e Armazéns, São Paulo, agosto de 1937.



Aspecto do Congresso Sindical do Estado do Rio de Janeiro, abril 1927.



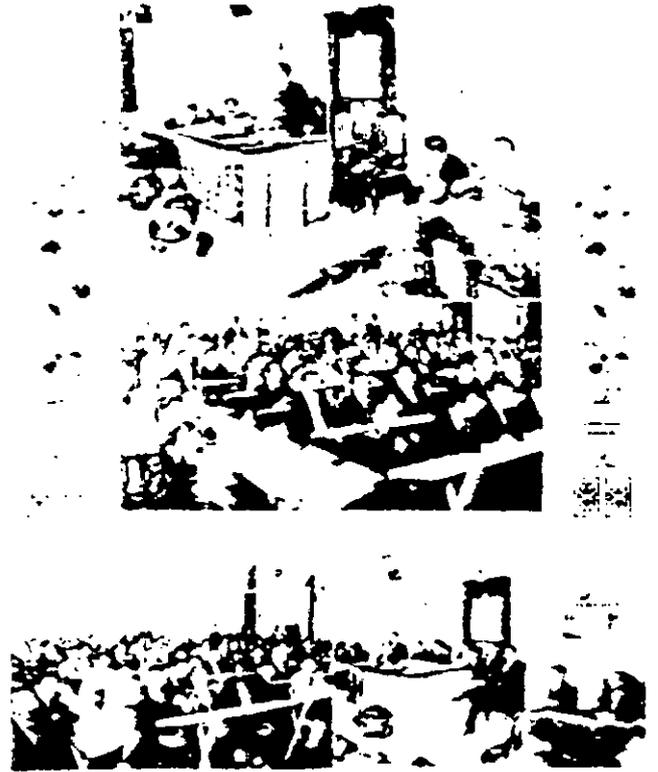
ELVIRA BONI, militante anarco-sindicalista, na mesa coordenadora do Terceiro Congresso Operário, Rio de Janeiro, 1920.

A VOZ DO TRABALHADOR

ORGAN DA CONFEDERAÇÃO OPERARIA BRASILEIRA

O SEGUNDO CONGRESSO OPERARIO BRASILEIRO

O SEU GRANDE EXITO e os ASPECTOS DE SEUS



Jornal Operário anuncia a realização do Segundo Congresso Operário, Rio de Janeiro, 1913.

Há certas idéias parasitárias que são como as crendices, vão e voltam, têm o poder de vestir novas roupagens e conquistar a atualidade, depois desaparecem, mas esta ausência é temporária, logo ressurgem como uma espécie de moda retrô, com aquele sabor de redescoberta ao qual é impossível negar algum fascínio. Sempre encontram algum auditório. Uma versão destas idéias postula que o continente americano é apenas uma degolada paisagem destituída de história. A versão é perversa e certamente tem raízes mais em Cecil B. de Mille, onde a pompa ultrapassada de longe a trama das circunstâncias, do que no rigoroso exame do que verdadeiramente seja a história como ciência e conhecimento sistemático. É moeda de trânsito nas posições estéticas dos esnobes; dos árbitros de elegância e do gosto em plantão no momento. Basta recordar que deixe de lado o essencial: os acontecimentos mais significativos da história burguesa contemporânea tiveram lugar neste crispado continente. A história, como tal, é mais modesta, dispensa a ênfase cinematográfica, a grande eloquência dos cenários faustosos. Nem se confunde com o tempo linear de Aristóteles e a sucessão nem sempre lógica no encadeamento dos fatos. Mesmo porque, como queria Heidegger, nem todos os fatos são históricos. Aqui também as aparências enganam... Cabe ao presente, isto é, aos diversos presentes dos diferentes períodos e épocas mergulhar na escuridão e no emaranhado dos acontecimentos, buscá-los, ordená-los e, enfim, lhes dar um sentido. E, neste sentido, o passado significativo é uma espécie de passado que não passa, pertence a uma categoria temporal que se presentifica em razão de seu significado, da sua verdadeira importância. A história, enquanto explica o presente pelo passado, colhe neste último o que mais importa à explicação da atualidade viva, nem sempre a mais aparente. Daí o dinamismo da história, a necessidade dos estudos periódicos, com suas visões e revisões. E é o presente que impõe estas necessidades.

Assim, nesta perspectiva, achei interessante não apresentar só uma época, ou seja, só o período constitucional de 1946, mas toda a Iconografia do ano de fundação do PCB (1922), à Constituição de 46. Não só as constituintes que surgiram durante este intervalo, mas os movimentos trabalhistas, aspirações, dificuldades, etc.

BIBLIOGRAFIA / ANEXOS

Abril Cultural - Divisão Fascículos
Agência Vasco/SP
Agência F-4
Arquivo Nacional/RJ
Biblioteca Municipal Mário de Andrade
Biblioteca Nacional/RJ
Centro Cultural São Paulo/Divisão de Difusão
Centro de Documentação de História
Contemporânea Brasileira/CPDOC/Fundação Getúlio Vargas/RJ
Centro de Memória Social Brasileira/RJ
Folha de São Paulo/Banco de Dados
Fundação Casa de Rui Barbosa/RJ
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
Museu da República/RJ
Museu Histórico Nacional/RJ
e
todos os particulares que cederam material iconográfico.

Pesquisa excelente!



A N E X O S I I

ENTREVISTAS COM:

* FRANCISCO GOMES

* LUÍS CARLOS PRESTES

C O M E N T Á R I O

Em 1946, o PCB participou da Assembléia Nacional Constituinte, que resultou numa das Cartas Constitucionais mais democráticas da História do BRASIL.

A bancada comunista era liderada pelo senador LUÍS CARLOS PRESTES e composta por deputados federais, entre eles GREGÓRIO BEZERRA, FRANCISCO GOMES e o escritor JORGE AMADO.

Na votação dos títulos e artigos da Constituição, o PCB advogou, entre outros institutos, o direito de greve e a plena liberdade e autonomias sindicais.

Os entrevistados são duas expressões de maior importância na história política do país e principalmente no período trabalhado na monografia.

Luís Carlos Prestes, marxista, personagem de nossa história, conheceu a perseguição, o cárcere, a tortura, por um ideal que acreditava que era melhor para a sociedade brasileira.

Francisco Gomes, apesar de ser menos conhecido na historiografia brasileira, não fica atrás, por seu determinismo na luta, por uma sociedade mais justa.

São duas personalidades "acima de qualquer comentário".

ENTREVISTADO: FRANCISCO GOMES

TEMPO: 01 (uma) HORA

DATA: 26.09.1986

Entrei no Partido em 1932. Sou de origem operária e camponesa, de Niterói. Meu pai foi camponês e, posteriormente, operário da construção civil, como servente de obras. Chegou também a pequeno comerciante, com uma bodeguinha qualquer. Cresci como operário da construção civil qualificado, mesmo sem curso específico dos que existem hoje. Não cheguei a frequentar escolas. Cheguei inclusive a trabalhar em obras importantes, como o Arsenal da Marinha. Contatei com o Partido em 32, mas entrei em 36. Vi a Revolução de 30, do Getúlio, e a chegada do Governo Provisório.

Quando entrei, conheci um Partido de agitação e propaganda, que recrutava diretamente os militantes, como o meu caso. E eu participei da agitação e propaganda da época. Apesar de semi-analfabeto, com uma educação caseira que se aproximava do 2º ano primário, já levava as mensagens elaboradas e escritas para a pichação de paredes. Mas era uma situação terrível, por que tivemos a eleição de 34 convocada por Getúlio por força da chamada "Revolução Constitucionalista", de 32, em São Paulo, que exigia uma Constituição e fazia muitas promessas, sem muito crédito. E não participamos, nem da Constituição. Mas a eleição contava com uma cláusula que permitia aos Sindicatos apresentar candidatos e concorrer. Foi o caso, por exemplo, de Aldo Ventura, estivador e também membro do Partido, no Paraná. Mais aí veio o Movimento de 35, e muita gente foi presa. Eu fui preso em 36, na mesma época que Prestes. Na época, a capital do Estado do Rio era Niterói, e o Governador, Otávio Guimarães, era do pessoal do Getúlio, da Revolução de 30. E eu passei cerca de um ano preso, de fevereiro a dezembro de 36. Em, dezembro, fomos soltos, eu juntamente com outros, mas o processo continuou no Tribunal de Segurança, que se agravou depois de 37, com a ditadura do Estado Novo. Com o golpe de 37, até mesmo a Constituição de 34 foi rasgada, sendo implantada outra, a chamada "Polaca". A origem disso foi o Movimento de 35, iniciado aqui em Natal, com a participação direta de Giocondo Dias (que faleceu recentemente), e surgido seguidamente em Recife e no Rio de Janeiro, com o Agildo Barata. Neste momento, inclusive, eu me encontrava em Petrópolis, numa fábrica de tecidos finos, e questionava os companheiros, sem

entender direito o Movimento: "Como é que é esse negócio aí? Vai ser sô militar mesmo, nos quartéis? E a massa?, ao que alguns respondiam: "Não, nós temos o Loyde Brasileiro do nosso lado". E nada disso saiu. Mas 35 foi apenas um golpe de mão, pelo menos no Rio, que era o grande centro. O Velho (Prestes) até hoje acha que era uma grande força, mas não foi. Essa força fugiu. Aqui, em Natal - o Dias coloca -, o levante esteve ligado ao problema dos aumentos, com uma carestia enorme, o que fez a massa acompanhar algumas palavras-de-ordem, sem maior consciência. Mas há outros fatores, e na medida em que o tempo evolui, a coisa precisa ser contada corretamente. O Prestes, inclusive, chegou a dizer que o Governo de 35, em Natal e outras partes, era igual a Revolução de outubro de 1917, na Rússia... E sem precisar de 1905 (Primeira Revolução Russa, de caráter democrático-burguês). Em 1938, o DOPS entra na procura dos nomes implicados, e em Niterói eu era o único citado e deveria comparecer ao Rio. E vim para o Rio, não para ser preso. Vim mesmo à procura de esconderijo e de um trabalho qualquer que me sustentasse. Fiquei no Rio até 1940, quando fui preso novamente, no dia 13 de janeiro. O período de 40 a 42 passei na cadeia. Mas fui solto após chegar na Ilha Grande, onde conheci o pessoal de Bento Fernandes, daqui do Nordeste. É que não houve condenação do Tribunal de Segurança contra mim, por isso que não segui com o resto do pessoal para Fernando de Noronha. Estava terminada a minha Pena.

Quando saí, já se iniciava no Brasil o movimento da "legalidade", em que se exigia o envio de tropas para a frente de batalha, na Itália. Os comunistas participavam ativamente, e já com a bandeira da legalidade do Partido. Já nessa época, o Partido cresceu muito, apesar de ilegal. E foi sendo construído. No ano seguinte (1943), realizamos a "Conferência da Mantiqueira", e nós do Rio participamos com a maior bancada. Essa Conferência foi importante, apesar do Partido se encontrar bastante desorganizado.

JOÃO MARIA - O que levou à democratização de 1945? Qual a razão da queda do Estado Novo? E ainda: é verdadeira a versão de que a Alemanha bombardeou navios brasileiros? (Dizem outros que, na realidade, os E.U.A. foram os responsáveis por tais bombardeios...)

FRANCISCO GOMES - *Pois é ... Talvez o mais correto seja isso mesmo. Os EUA e a Inglaterra, afinal, desfilavam muito no Atlântico Norte, né? E no nosso Atlântico bombardearam um grande submarino alemão. Mas seja este*

ou aquele fato, o que importa é que a crise provocada pela Guerra foi a responsável pela queda de Getúlio, que era um neo-fascista e tinha relações com a Alemanha de Hitler. Antes da Guerra, nós chamávamos aquelas relações de "**o marco compensado de Souza Dantas**". Souza Dantas era um cara que participava do Ministério de Getúlio e era responsável por essas relações. Lembro, inclusive, que aquele era um período em que Getúlio costumava presentear brinquedos na época de Natal, e os brinquedos vinham da Alemanha. Outro fato corriqueiro é as nossas moedas, eram feitas de níquel, e muito grandes. Havia umas de dois mil réis que eram enormes. Dizem que os alemães precisavam de metais novos, por conta da Guerra, e que o Getúlio entregou-lhes nossa moeda. Mas foi um período muito duro. Nós, do Partido, e outras forças democráticas participamos da luta, com o envio da FEB. Por causa disso houve até confrontos na Guanabara.

JOÃO MARIA - Qual a sua participação e a do PCB nessa luta pelo envio da FEB?

FRANCISCO GOMES - A minha participação foi total, pois eu era secretário do Partido na Guanabara. Aconteceu também um fato importante, do ponto de vista histórico. Foi a nossa intensa participação nas lutas de apoio à FEB, a qual fazia com que confundissem a nossa sede, perto da Lagoa (Rodrigo de Freitas) como um núcleo da FEB. Isso provocou a ira de Felinto Muller, que era o chefe de Polícia da Guanabara, pois misturávamos o apoio à FEB à luta pela legalidade do Partido e pela Assembleia Constituinte. Na verdade, estávamos aproveitando a lenta aproximação de Vargas dos EUA e de Roosevelt. Desde 1938 que Getúlio vinha se afastando dos integralistas, pois nesse ano eles tentaram derrubá-lo do poder, através de um golpe. Naquele tempo, realizamos feitos memoráveis e animadores. No grande mutirão de nossa sede, do qual participaram militantes e populares fazíamos enormes faixas (de até 100 metros). Uma, de saudação à FEB, serviu de tapetes aos pracinhas. Chegamos a enviar para os campos de batalha, na Itália, grandes quantidades de colchas, luvas e chocolates.

JOÃO MARIA - O Sr. falou de Roosevelt e dos EUA. Também está atribuindo a queda de Vargas à influência norte-americana?

FRANCISCO GOMES - Não. Ao crescimento das forças democráticas. Sem dúvida, a Guerra traduzia tudo. Mas quando ela terminou, o Getúlio já não tinha mais forças, por conta do crescimento das forças democráticas. Isso nos permitiu inclusive ir além: passamos a lutar pela **Assembleia Constituinte** e pela **legalidade do Partido**, além de realização de reformas sociais importantes. Pessoalmente, na condição de Secretário do Comitê Municipal da Guanabara, coordenei a luta, além de cuidar de nossos companheiros presos.

JOÃO MARIA - A UDN contribuiu para a queda de Getúlio?

FRANCISCO GOMES - Contribuiu. Mas também contribuiu para a nossa queda. Quando fomos cassados ela tinha maioria no Parlamento e votou a favor.

JOÃO MARIA - Quem liderava a UDN na época?

FRANCISCO GOMES - Não sei... O Magalhães Pinto talvez. Do ponto de vista político havia o que sempre era candidato, o Eduardo Gomes. Muitos outros faziam parte, mas não me recordo.

JOÃO MARIA - Outra questão é a seguinte: que história é essa da "Constituinte com Getúlio"?

FRANCISCO GOMES - Bem, a resposta sairia melhor do velho (PRESTES). Mas eu podia comparar com a situação do SARNEY, que declarou que aqueles que votassem a favor do mandato de 4 anos para Presidente, na atual Constituinte, seriam seus inimigos. São apenas palavras. Claro que a Constituinte deve ter todo o poder, o que não significa se meter no atual governo. Isso não seria uma atitude digna, mas apenas golpismo. E a UDN era golpista! Nós fazíamos grandes comícios e passeatas no Largo da Carioca, na Praça 15... Todo o nosso pessoal participava organizadamente. A massa que aderira não era , não! Chamavam as nossas de "passeatas flambô", por que cada um trazia sua fanfarras e sua bandeira. Em algumas bandeiras desenhavam aquela chama do tempo de César, numa referência a Getúlio como grande estadista. Mas isso não tinha nada a ver conosco. Nós fazíamos uma defesa da Constituinte e uma denúncia do golpismo da UDN. Será que a derrubada antecipada de Getúlio e sua substituição por alguém ligado a UDN garantiria uma Constituinte com plenos poderes?

JOÃO MARIA - Como é que se explica a eleição de uma boa bancada do PCB para a Constituinte, levando-se em conta todas as dificuldades da época? Como se explica, em particular, a sua eleição?

FRANCISCO GOMES - Primeiro, fizemos uma visita ao Prestes, ainda na prisão. Apresentamos todo o nosso organograma e quando o velho saiu da prisão ficou com o Partido. Hoje eu penso que o velho poderia ter ido para o outro lado ou simplesmente dar uma de livre-atirador, como ele faz hoje. Mas ele agitou e empolgou boa parte da sociedade e todo o Partido. Era uma grande figura. Além disso, éramos pobres, mas muito organizados. Fora isso, a conjuntura era inteiramente favorável a nós. Os comunistas haviam vencido a Guerra na Europa. Nós ajudamos. Aqui, além de termos apoiado a FEB, lutamos contra a ditadura de Vargas. Nosso Partido, na verdade, era feito de heróis. Quanto a mim, eu era da cúpula do Partido, da Comissão Executiva. Quando veio a formação da chapa, a escolha dos candidatos, eu acabei entrando, por ser da cúpula. Infelizmente, o Partido tinha uma organização do tipo militar.

JOÃO MARIA - A personalidade de Prestes contribuiu para a formação da chapa?

FRANCISCO GOMES - Não, pois na verdade ele não entendia nada do Partido. Nunca tinha pertencido a partido algum. Depois da "Coluna", tinha ido para a Bolívia, depois para a Argentina, e acabou em Moscou. De lá é que a Internacional Comunista impôs sua entrada no Partido, já na direção. Mas logo em seguida, pouco tempo depois de haver voltado ao Brasil, ficou na clandestinidade e foi preso, de forma que ele nunca chegou a ter maiores contatos com o Partido. Agora, ele e a Internacional Comunista ingluferam na organização militarista do Partido. Quando ele saiu da prisão nós estávamos preparando uma conferência. Ele condenou tudo. Fez comícios e atos públicos e acabou saindo uma conferência como ele queria. Nestes grandes comícios a massa comparecia. Superlotamos o Estádio do Vasco da Gama, no Rio, e o Pacaembu, em São Paulo.

JOÃO MARIA - Você foi votado somente na Guanabara?

FRANCISCO GOMES - Eu não decidia nada sobre minha candidatura. Tudo foi decidido pelo Partido (dinheiro, votos, distrito, etc.). A gente dizia na época que os nossos candidatos eram eleitos pelos nossos "votos de cabresto". Saí candidato pelo Distrito da Guanabara, como suplente do Batista. Eu era Secretário Geral do Partido na Guanabara e ele era membro do nosso Secretariado, na qualidade de Secretário Sindical. Ele quem tinha votos, pois era líder operário no Arsenal da Marinha, onde foi praticamente eleito, além de uma bonita ajuda que recebeu nos subúrbios. Ele, não lembro, mas eu tive apenas 18 mil votos. Assumi no lugar dele, que renunciou por conta de problemas com a mulher, que achava que ele ganhava muito como Deputado mas não botava dinheiro em casa...

JOÃO MARIA - O Partido estava organizado, preparado, para eleger 15 Deputados, como elegeu?

FRANCISCO GOMES - Bastante! saímos da ditadura do Estado Novo fortalecidos. Éramos o único grupo de esquerda. Os outros, sumiram... Quanto ao dinheiro, era pouco, mas muito bem administrado. Eu, aliás, recebi uma boa parcela do Partido, porque meu irmão, casado com a irmã de minha mulher, tinha morrido de tuberculose e deixado cinco filhos. E eu, minha mulher e minha cunhada passamos a cuidar dos filhos. Hoje, estão todos casados e ganhando bem. Tem um que é Coronel do Exército, outro que é dentista, outro que é Guarda do Porto, no Rio...

JOÃO MARIA - O Partido elegeu Deputados por quais Estados?

FRANCISCO GOMES - São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, (que era um Distrito Eleitoral do Rio), Bahia. Da Bahia, vieram o Carlos Marighela, o Jorge Amado, ...de São Paulo vieram um companheiro médico (não lembro mais o nome), o João Amazonas, que é filho do Pará, o Pedro Pomar, o Arruda Câmara... Mas o Pomar e Arruda saíram candidatos pela legenda do Ademar de

Barros, o PSP, acho eu.

JOÃO MARIA - Faça uma avaliação da Constituinte de 1946. Quais foram seus aspectos positivos e quais foram as propostas mais importantes apresentadas pelo Partido?

FRANCISCO GOMES - Nossa bancada era realmente grande (15) para o que era o Partido. Mas éramos da Direção, seja da Executiva ou Secretariado. Isso facilitava nossa atuação. Eu, por exemplo, nunca me reuni com a bancada. Não era preciso. Mas nos entendíamos muito bem. Também, ficamos pouco tempo, né? Depois, nós passamos a criticar muito o governo do Dutra (em Uberlândia, MG, o chamavam de "filho da puta", e qui, no Nordeste, o "caneco amassado" e "pirão mal amassado"), sem dar muita importância à Constituinte. Na verdade, ela não tinha muita importância. Era controlada por Dutra e pelas elites. Sabíamos que ele ia manobrar para conseguir nossa cassação. E conseguiu. Então, não tínhamos por que fazer apologia dessa Constituinte, né?

JOÃO MARIA - Quais os preconceitos mais comuns contra os comunistas na época, já que o Brasil estava se envolvendo na "Guerra Fria"?

FRANCISCO GOMES - É verdade. A cassação foi proposta pelo Dutra e aprovada pelo Tribunal de Justiça, a muito custo, pois os juizes ficaram divididos, e houve um que decidiu a questão (não lembro o nome). Mais covardes ainda foram os Deputados, de todos os partidos, que aprovaram a cassação. Tinha aquele negócio de sermos representantes do povo e de a cassação ter que ser aprovada pelo Parlamento. Passamos três meses na Assembléia só discutindo isso. Houve muita agitação no dia da aprovação. Eu mesmo subi em mesas para gritar e fotografar os Deputados covardes. Disseram tudo de nós: que os russos bebiam muita vodka, que éramos bêbados, que não sabíamos o que dizíamos (na verdade, eles que tinham um Deputado completamente bêbado e provocador), que se a URSS invadissem o Brasil nós ficaríamos com os russos, etc.

JOÃO MARIA - Era intenção do Dutra fechar o Brasil, voltar ao regime autoritário?

FRANCISCO GOMES - Creio que não. O problema era o Partido. Queriam tirá-lo da História. Disseram até que não estavam cassando o direito de associação partidária, que podíamos continuar na política, desde que em outras legendas. Que estavam "apenas" cassando a nossa legenda. Mas aconteceu que acabamos ficando na ilegalidade. Fechamos tudo.

JOÃO MARIA - O Partido que decidiu assim?

FRANCISCO GOMES - Não é isso. É que o Partido foi cassado eleitoralmente. Perdemos nossos mandatos. O direito de associação ficou. Nós é que resolvemos não usá-lo. Claro. Sem mandatos? Podíamos pedir um "Registro

Provisório", mas para outro partido, e sem os nossos mandatos. Para quê, então? Daí passamos a abrir sedes à revelia, com todos os nossos símbolos (a foice, o martelo, o vermelho, todas essas coisas). Na Glória (Rio), abrimos uma sede e na frente botamos uma placa enorme, de oito metros. Isso tudo irritava a burguesia e os reacionários. Acabaram cassando também o nosso direito de associação.

JOÃO MARIA - Voltando à Constituinte de 46, que decisões importantes ela tomou, ou deixou de tomar?

FRANCISCO GOMES - Aí é que está. Não fui um Deputado assíduo. Era homem do Partido, viajava muito. Além disso, eu sabia que aquela Assembléia não ia dar em muita coisa, era muito conservadora. Na questão da Reforma Agrária, que era uma bandeira do Partido, por exemplo, chegou aquele Deputado baiano (Jeová Marinheiro, parece) para o Prestes e disse: "Você tá louco? Não vê que é ilusão discutir Reforma Agrária num ambiente desses, onde 90% dos Deputados são latifundiários ou filhos de latifundiários"? E olha que esse Deputado era um jurista e intelectual de respeito.

JOÃO MARIA - Houve preconceito anticomunista nas eleições de 1945?

FRANCISCO GOMES - Ainda não. A luta foi realmente democrática, e muito séria. No Rio, por exemplo, o Prestes foi eleito Senador com 200 mil votos, derrotando a UDN. Acho que a eleição foi realmente democrática. Disseram algumas coisas, mas nós conseguimos os votos.

* Fita Gravada/1986



ENTREVISTADO: LUÍS CARLOS PRESTES

TEMPO: 01 (uma) HORA

DATA: Natal/RN - 1987

Após a Coluna, trabalhei no exílio como engenheiro e, apesar dos pedidos insistentes, recusei-me a apoiar Getúlio Vargas na eleição de 1930. Em 1931, parti para a URSS. Nessa época, já era marxista.

Em 1934, aderi ao Partido Comunista do Brasil. Em 1935, os comunistas sofreram uma contundente derrota, com o fracasso das insurreições de novembro. Em 1936, eu e minha esposa Olga Benário (alemã de família judaica) fomos presos. A polícia de Getúlio, comandada por Felinto Muller, entregou Olga aos nazistas alemães; esta faleceu num campo de concentração em 1942. Eu só fui libertado com a anistia de 1945. Com a redemocratização, o Partido Comunista do Brasil foi colocado na legalidade e fui o parlamentar mais votado do país, sendo eleito senador.

JOÃO MARIA-- Como o povo e os seguidores encaravam a Coluna?

CARLOS PRESTES - *O povo brasileiro é aquilo que restou da mortalidade infantil, é um indivíduo robusto fisicamente e talentoso, apesar de analfabeto, mas em poucos dias ele se acostumava na Coluna e assimilava a nossa tática libertária e fazia parar todo o regimento comandado por um coronel, atirando franco, atirava noutra, ameaçava, e o que o coronel fazia era abrir trincheiras, ele pensava que já era a vanguarda da Coluna, quando pensava que não, já estava desfilando pelo nariz deles é que eram obrigados a nos perseguir e então ele parava, abria trincheira, isso feito por um analfabeto consciente, que ele sabia o que estava fazendo, então nós tínhamos grandes qualidades, principalmente o homem ligado ao campo, ligado a luta, tem talento.*

JOÃO MARIA - Agora o senhor sabe muito bem, tem bastante experiência e a Coluna é uma simbologia do eixo? então se supõe que a mensagem da Coluna, embora não tenha aquela ideologia o senhor disse que não tinha aquela ideologia, mas deixou a semente?

CARLOS PRESTES - *Claro, a semente deixou, porque deixou um bom nome aqui no C. E., tem agora aí um grande russo que é um padre, por iniciativa dele tem percorrido o caminho da Coluna, no Piauí e no Ceará, escritos políticos datilografados por ele mesmo, anda percorrendo o tra-*

jeto, fala com os moradores, aqueles que ainda viram quando a Coluna passou, então eles têm manifestações de carinho, de lembrança, de recordação. É claro que a guerra civil não resolvia muito, porque atrás de nós vinha os inimigos, vinha o exército, a polícia os cangaceiros que cometiam desastinos e quem sofria com a guerra civil era o povo mais pobre, não por nós, o povo ainda sofre, porque o cavalo pra nós era o barraco, um camponês que só tem um cavalo e você resolve requisitar o cavalo dele é um prejuízo muito grande, muito diferente do fazendeiro que tem quinhentos ou mil cavalos que pode fornecer trezentos ou quatrocentos não é tão difícil, mas para o camponês é um prejuízo enorme, porque se nós não tomasse o inimigo quando vinha atrás tomava, de maneira que era forçado pelas circunstâncias então, durante nove meses causamos prejuízos ao camponês, mas eram prejuízos que ele mesmo cobria.

JOÃO MARIA - O senhor ainda defende a luta de classe como solução total e socialista como a mola principal pra chegar ao socialismo?

CARLOS PRESTES - É, a sociedade que tem classe, a luta de classe é uma fatalidade não é inventada pelos comunistas, os generais pensam que os comunistas é que inventaram a luta de classe. A luta de classe vem desde a escravidão com a formação econômica e social, depois o feudalismo em que o povo está dividido, o povo é o operário camponês ligado a terra e explorado pelos latifundiários e pelos aristocratas e depois vem o capitalismo, todas essas sociedades divididas em classes elas evoluíram, cresceram, chegaram ao auge e depois foram morrendo e substituídas pela outra sociedade. A Revolução Francesa por exemplo, substituiu o feudalismo pelo capitalismo, o capitalismo também é uma sociedade dividida em classe, já atingiu o auge, agora está morrendo, já está na curva descendente.

JOÃO MARIA - Mas hoje na sociedade contemporânea tem vários movimentos de classes, como é que o senhor analisa isso?

CARLOS PRESTES - Não, classes sociais, uma sociedade dividida em classes são duas: é a classe do explorador e a classe dos explorados, agora a classe explorada tem a classe operária e tem os aliados fundamentais da classe operária que são os camponeses que já tem uma mentalidade intermediária e o camponês pequeno proprietário etc., e já de um lado ele é capitalista, ele muitas vezes, até ser um camponês médio ainda explora o operário, ele aluga um operário na época da colheita, da plantação etc., se ele é um camponês rico, burguês no campo, ele tem um campo que tem camponeses a serviço dele sempre, aí são aliados fundamentais porque ele sofre muita opressão do imperialismo, o burguês do campo hoje no Brasil, ele tem que comprar máquinas agrícolas, ele tem que comprar trator, ele tem que comprar inseticida, tudo isso está na mão do imperialismo, grandes monopólios nacionais cobram o preço que bem quiser porque o governo não controla

preço de monopólio, é o monopólio que contrata o governo, é ao contrário, o monopólio é que impõe sua vontade de maneira que essa situação são olhados da classe operária que a revolução não é feita por uma classe só, a revolução tem que ser feita pelo povo, mesmo a revolução socialista, suas grandes farsas culturais que fazem a revolução, dirigida pela classe mais consequente que é a classe operária, que é a classe que não tem nenhum interesse na conservação do capitalismo. Hoje o operário já tem uma consciência do seu interesse de classe, o próprio operário também é enganado, você sabe que há muito operário que vai trabalhar numa empresa e ainda agradece o patrão por ter ficado na empresa.

JOÃO MARIA - A Classe operária no Brasil pelo menos era muito coordenada, como é que poderia se dá essa conscientização?

CARLOS PRESTES - É, através da luta, a luta é que desperta, agora no Brasil aproximam-se grandes lutas da classe operária, nenhum povo se deixa matar de fome sem lutar, tem lutas sérias, não há dúvidas de que os militares vão usar todas as armas de que eles dispõem, eles estão fazendo passeatas aí, já para assustar o povo, pra dizer: Oh! não estamos aí, temos tanques, temos canhões, temos metralhadoras, temos bastante munição para massacrar o povo, viu agora em Itaipú? só porque houve uma pequena greve lá, um bando de destacamento armado de baionetas pra meter baioneta no defeito do trabalhador e ainda o general reclama: ainda nós não temos outra arma, nós vamos ter uma arma pra perseguir os desordeiros, mas além de todas as armas que eles já têm ainda querem ter uma arma especial para perseguir, matar, oprimir, torturar, quero dizer ainda vai correr muito sangue, é, o caminho para a Revolução do Brasil vai ser esse, mas aí nessa luta vão ter que surgir os verdadeiros dirigentes da classe operária, os jovens de maior atitudes comunistas, naturalmente, aqueles que já assimilaram alguma da teoria do proletariado e esses vão ser escolhidos pela massa, serão os líderes, verdadeiros líderes da classe operária e esses é que vão lutar para o Partido Revolucionário Brasileiro, a classe operária brasileira vai ter o seu Partido Revolucionário.

JOÃO MARIA - Quem é que vai criar esse Partido?

CARLOS PRESTES - Não é pra criar por mim não, vai ser criado pelos quadros, pelos líderes que vão surgir das lutas etc.

JOÃO MARIA - O senhor acha que avanços obteve a classe operária do Brasil, durante todos esses anos? O senhor não se sente frustrado de não ter conseguido alcançar todos os seus objetivos?

CARLOS PRESTES - Não absolutamente, pra ser revolucionário, é necessário a perseverança, quer dizer, continuar lutando apesar de tudo e apesar de todas as derrotas, e a segunda; é paciência pra saber esperar, quem tem pressa é o pequeno burguês, não é operário, o operário sabe que a luta é dura, ele não entra em qualquer luta porque ele tem família pra sustentar

também, não entra em aventura.

JOÃO MARIA - O senhor acha que a única solução para o socialismo é a via revolucionária?

CARLOS PRESTES - É a via revolucionária, tomar o poder, o poder político é decisivo, se você não for governo não há revolução. Revolução é justamente isso, é substituir no poder a classe exploradora pela classe explorada.

JOÃO MARIA - Mas hoje o senhor sabe que o Estado burguês está altamente bem preparado?

CARLOS PRESTES - Os aparelhos estão muito fortes, mas apesar disso, isso também se decompõe, se a massa estiver organizada, o pior é quando a massa estar desorganizada no nosso país, mas se a massa estiver organizada é uma força muito superior a qualquer exército, imagine você se as grandes empresas capitalistas do Brasil, monopólios, empresas de 10, 20, 30 mil trabalhadores onde a confiança de classe é mais fácil se rebelar, estão localizadas fundamentalmente em três cidades, Rio, São Paulo e Belo Horizonte, imagine essa massa unida, organizada de fato pelo menos 80, 90 % organizada e com uma central sindical dirigindo essa massa, uma greve geral, ela domina tudo e nenhum exército resiste por muitos dias, quando faltar transporte, faltar água, faltar gás, faltar luz elétrica, faltar tudo que está na mão do trabalhador, isso quer dizer que é uma greve geral, isso é que é uma greve geral de verdade pela organização existente numa central sindical de verdade e a classe operária organizada, no Brasil está organizada? Não está, se você toma toda a classe operária brasileira, não tem nem 10% organizada, no Rio nós temos 180 mil metalúrgicos.

JOÃO MARIA - Mas isso não é uma classe burguesa pra organizar a classe operária, não faz parte do Sindicato?

CARLOS PRESTES - O nosso dever e o do Sindicato é isso, aí é que o espírito de luta da classe operária e todos aqui dizem que acompanham a classe operária, eu penso que isso é impossível, o russo era tão atrasado ou mais atrasado do que o nosso e, fez a revolução, porque que o povo russo pode fazer e nós não podemos fazer? Então você quer chegar a conclusão de que o capitalismo é eterno? não é não, o capitalismo vai morrer e já está morrendo.

JOÃO MARIA - Em 35, a Intentona Comunista de Natal, teve um levante no dia 23/11, através de que meios o senhor tomou conhecimento?

CARLOS PRESTES - Por telegrama, através de outras pessoas que havia se levantado e a guarnição era através de Natal, o que me surpreendeu, os últimos membros do Comitê Central trouxeram como orientação que não se fizesse nada sem consultar o Comitê Central, eu já tenho dito isso e muita gente diz que não acredita que eu tenha sido surpreendido, foi uma surpresa,

pra mim foi uma surpresa, Recife também foi uma surpresa, todos logo no início, depois eu fui analisar isso do ponto-de-vista político e chegamos a conclusão de que naquela época os comunistas dos quartéis em vez de fazer propaganda do Partido, fazia agitação, começam fazer agitação, o comandante toma medidas, expulsa um, expulsa outro, antes deles perderem toda a direção eles resolveram se levantar, o erro estava na agitação, soldado, o quartel deve fazer propaganda pra que a classe operária se levante então eles estavam preparados para apoiar a classe operária, é difícil um movimento surgir nos quartéis independentemente da classe operária.

JOÃO MARIA - Naquele tempo, o Partido em Natal, a direção era toda comunista?

CARLOS PRESTES - Era exagero, sargentos, cabos, alguns que estavam no Partido, Giocondo Dias era um cabo que era da direção do Partido, participava da direção e era cabo, a direção era militar, dentro do quartel era direção militar.

JOÃO MARIA - Com essas mudanças políticas o senhor passou um tempo fora do Partido Comunista e há uma polêmica em que posição encontra-se hoje o camarada Prestes? de que maneira o senhor define a posição política que o senhor assume hoje?

CARLOS PRESTES - Olhe, desde que eu me separei do Comitê Central, eu comuniquei aos companheiros que eu não podia mais continuar, e fiz uma análise autocrítica dos meus erros e os outros companheiros todos defenderam essa mesma orientação que eles vêm sustentando até hoje, em outubro eu vim para o Brasil, depois daquela anistia de agosto do Figueiredo, não foi anistia, foi uma liberdade. Eu tinha perdido os direitos políticos cassados de maneira que voltei ao Brasil, chegando aqui no Brasil, a imprensa sabia que havia essa divisão no Comitê Central, e queria minha opinião sobre problemas internos do Partido, eu dizia: eu não vou dar nenhuma entrevista nem vou fazer comentário sobre a vida interna do Partido, a imprensa burguesa, mas nada dizia, ainda houve uma grande conferência numa imprensa coletiva, a imprensa nacional e estrangeira na ABI, na sede da ABI, e as perguntas eram nesse sentido, eu não respondia nenhuma delas, mas em fevereiro, no dia 3 de fevereiro de 80, no ano seguinte o Jornal do Brasil cedeu toda uma página para a Comissão Executiva do Comitê Central, entrevistas do Giocondo, do Hércules Correia. Eles não diziam nada, era hábito deles falarem, falarem, mas não dizerem nenhum conteúdo político sério, mas encabeçando essas entrevistas um suposto dirigente falava-se dá um pseudônimo, o Jornal dizia: "o dirigente do Partido" cujo nome não dava, esse já me atacava pessoalmente, me caluniava, mas não tinha onde protestar contra isso, as calúnias eram no sentido que eles diziam porque que eu divergia, ainda eu lhes expus minha autocrítica no Comitê Central eles estavam perfeitamente a par do porquê que eu saí, diziam também que eu lutava por uma frente de esquerda contra a frente ampla, contra a ditadura,

quando eu sempre fui partidário de unir todas as forças que quizessem lutar contra a ditadura militar e não de frente de esquerda, o que eu disse quando cheguei ao Brasil, quando me identifiquei com diversas correntes de esquerda que existem no país, que os comunistas deviam fazer um esforço na unificação dessas forças dentro da frente ampla, a frente ampla era a frente fundamentalmente pra luta contra a ditadura, enfim calúnias dessa natureza, diante disso então eu escrevi a "Carta aos Comunistas", a base do Partido, explicando a base do Partido porque que eu rompia com o Comitê Central e continuaria a lutar perante meus objetivos que era a revolução no Brasil com caráter de revolução socialista, o Brasil já é um país capitalista e nós temos é que lutar por uma nova sociedade livre definitivamente da exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista, esse documento eu fiz rigorosamente individual, pessoal, eu não quis comprometer ninguém, não convidei ninguém para ser meu aliado, nem sócio, nessa época e nessa declaração, no entanto eu tenho amigos aí pelo Brasil a fora, desde a Marcha da Coluna, outros têm raiva de mim porque eu sabia que se manifestaram, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, dizendo que estavam de acordo com as minhas posições políticas que as minhas posições políticas são essas de luta pelo socialismo tudo que leva nesse sentido e realmente em alguns estados esses companheiros mais ou menos mantiveram-se unidos, organizados, aqui no Nordeste mesmo foi o próprio Comitê Estadual que quis aderir anteriormente às minhas posições da revolução socialista, muitos elementos, do Rio também, tínhamos muitos elementos e pouco a pouco fomos participando das eleições locais. Enfim essa é minha política, minha política luta pelo socialismo portanto procurar todas as formas de unir todas as forças para isso, e tenho falado pelo Brasil a fora desde que cheguei a minha maior preocupação é conversar com o maior número possível de brasileiros pra acabar, ver se é possível terminar com esse cretinismo do anti-comunismo que é um absurdo, não tem nenhuma razão, é uma imbecilidade essa luta contra o comunismo que está avançando no mundo inteiro, as ideias socialistas avançam e a URSS progride, derrotou o nazismo e hoje é um estado, uma potência industrial que se equipara quase com os EUA, fala de igual para igual com o governo americano aí não há nenhuma razão de ser por isso e ao mesmo tempo procurando a juventude e os operários para falar isso e explicar minhas posições, as teses que eu defendo e porquê competir com esses partidos que se chamam de comunistas e de comunistas eles não têm mais nada a não ser o nome porque a orientação deles na minha opinião, isso eu já disse desde maio de 79, na reunião do Comitê Central, é oportunistas de direita e o oportunismo traz em toda organização o liberalismo que os oportunistas foi que o liberalismo que quase todo Comitê Central caiu nas mãos da polícia, naqueles anos 74/75 do governo Geisel quando desapareceram esses dez membros do Partido.

JOÃO MARIA - Esse apoio aos variados partidos seriam uma maneira de o comunista interpretar o socialismo diferente, uma vez que o PDT tem uma forma de analisar o socialismo, o PT, outra e assim por diante?

CARLOS PRESTES - Não tem nada que ver, eu vejo o quadro político e procuro examinar o quadro político e qual o melhor candidato que pode contribuir realmente para o avanço da política no Brasil, sigo a grande intuição de Lênin, Lênin diz pra traçar uma tática e para tomar algumas posição eleitoral, e traçar uma tática eleitoral é necessário fazer uma análise concreta da realidade, concreta não se faz por hipótese nem por estudo é muito comum hoje...

JOÃO MARIA - Quais foram os fatores que contribuíram para a democratização em 45? De que maneira o senhor analisa esses fatores que contribuíram?

CARLOS PRESTES - O fator decisivo ali foi o fim da guerra, a guerra chegava ao fim e o fascismo estava derrotado depois que foi constituído a 2ª frente na França, já não havia mais nenhuma ilusão e era evidente, eles só fizeram a 2ª frente quando o exército soviético avançava de tal maneira que se eles não fizessem a 2ª frente o exército soviético vinha até Paris ou até Lisboa e a Itália, tomou Berlim e a Alemanha, eu acho que esse fator decisivo ali foi a derrota do nazismo.

JOÃO MARIA - Agora como é que se liga esse fator a essa questão democrática mas ao Brasil particularmente, medidas constitucionais, medidas políticas?

CARLOS PRESTES - É claro que com aquela situação Getúlio teve que aderir aos americanos através do acordo, que era o Secretário de Estado pressionar o governo no sentido de assegurar até a legalidade do Partido Comunista achando que eles eram aliados da URSS e dos EUA de maneira que tinham interesse que não houvesse perseguição aos comunistas da América Latina, de forma que foi elaborada uma lei eleitoral até por aquele Magalhães que era político aí de Recife-PE, ministro do interior, ele era conhecido mais pelo primeiro nome. Mas uma lei eleitoral relativamente progressista, quando o PC pode utilizar, mal o governo deu aquela pretensa anistia, aquilo não foi anistia, aquilo foi liberdade dos presos políticos, por que nós reclamamos isso, exigíamos isso. Pelo seguinte estavam dando a anistia, mas nessa luta pela anistia que teve um grande eco em toda a América Latina, o livro do Jorge "O Cavaleiro da Esperança" foi editado em 1º lugar em espanhol, foi distribuído em toda a América Latina e a campanha pela anistia, no Chile, no Peru, no México cresceu consideravelmente, chegando a 45 já os estudantes participavam da luta pela anistia, mas entrou na luta pela anistia o Lacerda, Carlos Lacerda fazendo uma provocação, porque eu sabia que o general Dutra era contra a anistia, se lutou por uma anistia am-

pla, geral e irrestrita, então não concordava que os militares pudessem voltar ao exército, não sabiam que isso, todo mundo já sabia disso, então ele exigiu uma anistia ampla e geral, irrestrita etc., era pra não dá a anistia, porque com essa anistia o Dutra não concordaria e era o início da guerra do Getúlio, então quando nós vimos isso ficou o receio de que se preparava realmente um golpe de Estado, o Brasil preparava uma luta armada, contra Getúlio, eu, nós presos era o maior perigo, eu não tinha nenhuma ilusão que se houvesse um golpe de Estado o Brasil com eu preso, o careca me cortava a cabeça imediatamente e outros presos também iam ser sacrificados. O essencial para nós era sair da prisão então, propus que ao invés de anistia passassem a falar; liberdade para os presos políticos, era vencer o Lacerda, Lacerda estava falando em anistia, vamos desistir da anistia deixar o Lacerda gritando e vamos fazer a campanha pela liberdade e essa campanha iniciou-se como liberdade para os presos políticos, quando isso surgiu nas ruas o Marechal, o general Dutra disse: Ah! isso eu dou, liberdade desde que não voltem pro exército, ele concordou, mas ele era muito burro, houve uma semana pela liberdade pelos presos políticos realizada no Rio pelos estudantes, então ele dizia que só daria depois que terminasse a semana, foi vitoriosa, foi concedida a liberdade dos presos políticos, dia 18 de abril.

JOÃO MARIA - A que causas o senhor atribui o fim do Estado Novo, quais foram as principais causas?

CARLOS PRESTES - Foi o fim da guerra, foi a causa fundamental, veio essa anistia e nós tratamos de conquistar a legalidade para o PCB pela 1ª vez, o nosso Partido estava há 23 anos, já tinha 23 anos e viveu sempre perseguido, teve no ano de 27 um pequeno período em que elegeu dois vereadores, Otávio Brandão e Benevides de Oliveira, foram eleitos vereadores na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e o Jornal da Nação começou a ser publicado já com o objetivo de campanha comunista, mas durou pouco, começou em janeiro em agosto já estava fechado, a polícia fechou o jornal, de maneira que essa anistia, vamos ver como é que legalizamos, é tanto que convocamos uma grande passeata em frente a Embaixada Americana em homenagem a memória do Roosevelt que havia falecido há uma semana. Antes essa manifestação foi com as bandeiras pelo Partido, com dísticos do Partido, então foi a 1ª manifestação da rua e o PC foi à rua e com essa manifestação estava legalizado, quer dizer, conquistou a rua, o Dutra não podia mais tocar o Partido na clandestinidade.

JOÃO MARIA - Qual a explicação da política de alianças do PC à época, considerando o caráter repressivo do Estado Novo?

CARLOS PRESTES - Desde a prisão já em 44, 43 pra 44 desde que o Brasil rompeu relações com o Eixo e depois organizou a FEB e mandou pra Itália, eu pessoalmente era da opinião que devíamos apoiar o governo de Vargas, essa era a nossa opinião porque o inimigo principalmente na época era o nazismo, o fundamental era derrotar o nazismo, pra derrotar o nazismo a contribuição do governo Vargas era útil, era positiva, ele era quem alimentava

os soldados os pracinhas, que estavam lutando lá na Itália, morreram mais de 1000 pracinhas na Itália, a minha posição foi essa, o inimigo principal era lá, vamos concentrar pra lá, vamos apoiar Vargas, que Vargas contribuía pra luta contra o nazismo, pra luta contra Hitler. Dentro da prisão eu já apoiava Vargas, Vargas permitiu que o cidadão, como aqui, o oficial do exército, o tenente Orlando Leite Ribeiro que era o único tenente que Vargas confiava, porque era leal, ele era leal a Vargas e então a qualidade pessoal dele era lealdade de maneira que a partir de 44 Vargas permitiu que esse tenente me visitasse na prisão, porque não precisava passar dias mais de um mês, dois, três meses pra me visitar, eu estava a par portanto do pensamento de Vargas através dele e do general Dutra também, sabia de tudo isso eu sabia, vou mostrar um fato pra mostrar o que era a minha posição esteve lá nessa época no Rio, um político mexicano, Toledano, esse Toledano era vice-presidente do movimento sindical internacional, movimento sindical ligado aos comunistas ele não era propriamente comunista, mas ele era vice-presidente, aquela intelectualidade da UDN que já existia no Brasil ganhou esse cidadão fazer com que ele voltando para o México fizesse lá no México uma grande campanha contra o Getúlio, que a UDN combatia era o Getúlio nessa época, eu quando sai da prisão eu visitei o brigadeiro, fui visitar o brigadeiro porque eu era de opinião que naquela situação brasileira o essencial era chegarmos a uma Assembléia Constituinte para que o povo brasileiro escolhesse a Constituição que ele quizesse, nós não podíamos de forma nenhuma intervir nessa, querer essa Constituição porque nós éramos o Partido, era reduzido a quase nada, então era uma posição perfeitamente independente não que era que nós pensássemos fazer comunismo na Constituinte nós sabíamos que na Constituinte nós íamos ser minoritários, uma operação muito pequena mas éramos favoráveis para que o povo brasileiro decidisse o regime que queria numa Assembléia Constituinte.

JOÃO MARIA - O Partido esperava uma bancada de 15?

CARLOS PRESTE - Esperar obter um senador e 14 deputados é utopia, ser o parlamentar mais votado e o deputado era o cabeça de chapa que nessa época era permitido ser candidato a senador e ao mesmo tempo ser candidato a deputado e eu era o cabeça de chapa em todos os estados com o meu nome foi eleito o Mariguela na Bahia, foi eleito o Abílio lá no Rio Grande do Sul e foram eleitos quatro no Rio de Janeiro, outros dois no estado do Rio, outros em São Paulo, foram eleitos todos com o nome da cabeça da chapa, agora sabíamos que nós não íamos ter uma grande bancada mas eu visitei o brigadeiro eu já tinha recebido uma visita de um vereador do Rio que era um antigo oficial da Marinha, esqueço como era o nome dele, ele me consultou se podia escrever ao general Dutra perguntando a ele se no governo dele os comunistas seriam legais e o general Dutra respondeu numa carta dizendo que no governo dele daria liberdade ao PC. Aí com essa arma

foi que eu visitei o brigadeiro, que o brigadeiro estava ligado a UDN, o brigadeiro não fez nenhuma campanha eleitoral a única preocupação dele era botar abaixo o Getúlio, cheguei lá onde estava o brigadeiro, o Juarez Távora e o coronel Tinoco, depois foi general, quando eu fiz isso o brigadeiro disse, agora não pode haver eleição livre com Getúlio no poder, eu disse: o senhor discorda? Eu acho que a lei eleitoral aprovada agora, ali da redação do senhor Agamenon Magalhães, inclusive seu nome era Agamenon Magalhães, o Agamenon que é um poderoso político pernambucano garante pelo menos uma eleição livre, vamos pra essa eleição e mas como é que vamos botar abaixo o Getúlio? Ele só queria saber disso aí, ele queria me dizer que era o golpe militar. Eu disse: eu discordo eu não vejo nenhuma razão de ser para um golpe militar agora para entregar o poder a militares quando é possível marcharmos para uma Assembléia Constituinte e tomar, vai tomar o poder nas mãos e vai elaborar, pode elaborar uma Carta Constitucional e depois disso não se disse mais nada. O Juarez que tinha uma experiência política muito maior compreendeu que estavam politicamente derrotados e retirou-se, não tinha que fazer retirou e o brigadeiro chegou a dizer bobagem, só dizia isso. Se o brigadeiro quer, a candidatura do brigadeiro era muito mais simpático ao povo que a candidatura do Dutra, ele foi derrotado porque ele não fez campanha eleitoral, eles fizeram o golpe no dia 29 de outubro, e que pretendiam com aquele golpe? Era adiar a Constituição, passar a Constituinte pra mais adiante e já naquela época botar o PC na clandestinidade, era isso que eles queriam, mas não conseguiram, porque o golpe foi em 29 de outubro e a eleição já estava marcada para 2 de dezembro e teve um mês somente de diferença e eles não tiveram tempo de fazer a manobra que queriam fazer.

JOÃO MARIA - Como se explica, o senhor ser o senador mais votado nesse período?

CARLOS PRESTES - 155 mil votos... Os 155 mil eu tive na capital do Distrito Federal, noutros estados eu tive votos também eu fui candidato a deputado em todos os estados.

JOÃO MARIA - Esse carisma, essa simpatia surgiu de que? essa votação imensa?

CARLOS PRESTES - Consequência da própria marcha da coluna, e da prisão de nove anos de isolamento, etc., que o povo sabia disso.

JOÃO MARIA - Para concluir eu gostaria que o senhor fizesse uma avaliação da bancada do PCB na Constituinte de 45? Avaliando seu aspecto positivo, negativo em termo de representatividade, o porque da bancada partir dos seus 15 representantes?

CARLOS PRESTES - Apesar de saber-se sistematicamente derrotados éramos só 15, numa Assembléia de 300 e tantos é claro, mais tivemos todos os dias alguém que falava sobre problemas locais, problema de momento etc,

e protestos contra perseguições contra prisões, etc, e liberação da política no Brasil inteiro, o Mariguela era um dos que mais falava, o próprio Amazonas, eram os companheiros que mais atuava, mas nós designamos um companheiro pra Comissão Constitucional, foi o camarada Milton C. de Brito, que era um médico, secretário do Partido em São Paulo, ele foi o nosso representante na Comissão que elaborou o projeto, o projeto de Constituição, e a nossa atividade está registrada nos anais do Congresso, eu fiz um longo discurso sobre a Reforma Agrária, fiz um discurso sobre a defesa da paz, não sei se vocês conhecem os anais do Congresso, para escrever a atividade do Partido é só ler os anais do Congresso vai ver como os comunistas em todas as sessões alguém falava, todos os companheiros falavam o Gregório fez um discurso já no fim, já pra cassar os mandatos quando mandaram cassar os nossos mandatos, em janeiro de 48, foi um discurso muito importante sobre a miséria que se instalava no povo, dizia como era essa miséria e mostrava como enquanto os cavalos do Contry Club recebiam 20 litros de leite por dia, as crianças não tinham leite pra tomar.

JOÃO MARIA - Como é que o senhor acha que foi essa Constituinte? seu aspecto foi positivo ou negativo? foi democrática ou foi progressista?

CARLOS PRESTES - Nós avaliamos bem aquela Constituição, nós achamos que na sua essência ela foi tão reacionária quanto as outras, porque manteve a exploração imperialista do nosso povo, nenhum controle contra o imperialismo e manteve também o latifúndio, eu fiz um longo discurso sobre a reforma agrária, mostrando a necessidade de acabar com o latifúndio, limitar a propriedade, que ninguém, nenhum brasileiro possa ter mais de tantos hectares de acordo com a natureza da produção, a localidade e a pecuária naturalmente, teria que ter mais, agricultura podia ter menos, isso no discurso que eu fiz sobre a reforma agrária, mas quando eu terminava já tinha falado mais de uma hora, apareceu na minha frente um deputado pela Bahia e me disse assim: Você não está vendo que está perdendo tempo, nós todos aqui, a maioria ou somos filhos ou genros de fazendeiros, ele mostrou a realidade, a realidade era infelizmente essa. A maioria dos parlamentares eram filhos ou genros de fazendeiros.

JOÃO MARIA - Eu vejo uma dificuldade entre outras pro nosso Partido de recompor a sua história com fidelidade sem passar pelos obscurantismos da repressão, e da perseguição como também do obscurantismo do autoritarismo dentro do Partido que agente sabe que isso existe, então hoje o jovem militante ele não conhece a história de Prestes, conhece história oficial de Prestes inclusive história passada para ele, e o PC de uma maneira autoritária não recompõe a história de Prestes dentro do Partido e muito menos fala de uma maneira clara como você saiu do Partido, eu ainda peguei no fim de sua entrevista, dizendo

que quando voltou ao Brasil não cabia naquela época falar para a imprensa pra que ela não utilizasse de maneira anti-comunista divergências internas que tinham, mas eu queria que o senhor fosse de maneira clara, objetivo, colocasse as suas verdadeiras razões, por exemplo, até hoje o Partido não lhe expulsou?

CARLOS PRESTES - *Fui destituído da secretaria geral, porque eu renunciei ao Comitê Central, levei a eles em maio de 79, o meu afastamento, depois a Carta aos Comunistas também está consolidado isso.*

* Fita gravada/1987.

* Endereço para correspondência: Rua das Acácias, 101 Apto 1104
CEP. 22.451 - Rio de Janeiro
Fone: 021.294-4874.



CARLOS PRESTES, por Cândido Portinari



LUIS CARLOS PRESTES em palestra na Assembléia Legislativa, Natal/RN, 1987.



JOÃO MARIA BEZERRA e LUIS CARLOS PRESTES em entrevista, NATAL/RN, 1987.

ERRATA

- Na dedicatória, onde se lê prescindível, Leia-se imprescindível
- Na poesia "O PARTIDÃO" , onde se lê vassoueiro, leia-se vassou-reiro.
- Na página 19, no parágrafo quarto, onde se lê partido refor-mista burguês, leia-se partido trabalhista brasileiro.